

**PNAD 2006**

# MELHORIA RELATIVA

Os resultados do PNAD 2006, divulgados em setembro, podem ser comemorados, mas com moderação. Eles registram a melhoria em vários indicadores econômicos e sociais, como emprego, renda, diminuição da pobreza e moradia do povo mais pobre. Mas tudo aos poucos, devagar, no ritmo do reformismo mitigado predominante

Walter Sorrentino:  
militância forte e consciência política

Página 3

Araguaia:  
relatos do horror da ditadura

Páginas 4 e 5



**CDM**  
Os passos decisivos rumo  
a nova Central Sindical  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Gracioso  
Página 9

## FIDELIDADE PARTIDÁRIA

# A decisão do STF é justa...

... porém, diz Renato Rabelo, precisa de uma regra de transição

A tentativa dos partidos de oposição (DEM, PSDB e PPS) de recuperar os mandatos dos 23 parlamentares que trocaram de legenda depois da eleição de 2006 fracassou. Aqueles partidos haviam entrado com mandatos de segurança no Supremo Tribunal Federal, para recuperar os mandatos. No dia 4 de outubro, o STF decidiu que os mandatos pertencem aos partidos e ratificou a resolução tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 27 de março deste ano. Mas, contrariando o desejo dos partidos de oposição, decidiu que a regra só se aplica para os que trocaram de partido depois de 27 de março.

A Rádio Vermelho ouviu o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, sobre o assunto.

A Classe Operária publica, abaixo, a transcrição dos principais trechos da entrevista, que foi ao ar no dia 9 de outubro, e pode ser ouvida na íntegra no portal [vermelho.org.br](http://vermelho.org.br). Foram feitas adaptações no texto para evitar as repetições e as formas próprias da linguagem oral (JCR).

**Sobre a decisão do STF** – “É uma decisão importante porque o STF define a questão da fidelidade partidária, que sempre foi um problema em nosso país. Acho que foi uma decisão correta, a afirmação de que o mandato é do partido. Como princípio, isso é justo porque cada candidato se filia a um partido, à legenda do partido. O programa é também defendido pelo partido. Então, seu mandato foi organizado, montado, pelo partido. Isso me parece justo para a própria organização institucional do país.

A questão é que já havia esta prática

de transferência, de saída. E é necessária uma transição para repor tudo isto. Estas coisas não podem ser feitas abruptamente. Então o que achamos duvidoso é a decisão de valer já, e com efeito retroativo. Pela decisão do STF, todos os que saíram depois de 27 de março deste ano estão sujeitos a perder seus mandatos. Me parecia mais justo

**Estas coisas não podem ser feitas abruptamente. É duvidosa a decisão de valer já, e ter efeito retroativo. Seria mais justo se valesse a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal**

isto valer a partir da decisão do próprio STF, sem este efeito retroativo. Esta decisão pode ser questionada, pode haver embargos, etc. Portanto, é uma questão ainda que deve ser consolidada. Ou seja, surge a seguinte questão: para todos aqueles que saíram dos partidos e se filiaram a outros até 27 de março, não tem problema. Mas aqueles que depois desta data se filiaram a um novo partido, estes sim estariam exatamente no centro da decisão do Tribunal.

**Direito de defesa** - O que poderá acontecer, no caso de vereadores e deputados? Cada caso vai ser um caso, porque eles terão direito de defesa. O próprio STF recomendou ao TSE que fizesse uma espécie de resolução, que na prática é até uma legislação, de como proceder e orientar nos casos atuais, estabelecendo critérios. Esta resolução talvez deva ser concluída até a próxima semana. Com base nela é que se vai analisar ou julgar caso a caso.

Acredito que, por ter direito a recurso, direito a defesa, isso levará certo tempo. No caso dos vereadores, como eles vão participar de uma nova campanha, acredito que isso poderá durar até o final de seu mandato, até estas coisas serem definidas, consolidadas

mesmo no âmbito do Tribunal. E, até lá, já tem uma outra campanha, e ele está submetido a outro mandato.

No caso de deputados estaduais e federais, é diferente. Haverá mais tempo e eles farão sua defesa levando em conta a resolução que for aprovada no TSE. Agora, tem outro fator. A Câmara dos Deputados também deve estar, a esta altura, procurando elaborar projetos de lei para disciplinar tudo isso. Porque podemos cair então na seguinte situação: se tem mandato, ninguém mais pode sair do partido? Isso também já é cair no outro lado. A gente não queria que ficasse como estava, quando se saía a qualquer hora, criando uma certa anarquia. Mas também, sair do oito para o oitenta, em que ninguém mais pode sair de partido se tiver mandato... Parece necessário também buscar uma alternativa para isso. Acho necessário que algum projeto de lei que leve em conta esta possibilidade de que a pessoa tenha que ficar no partido, manter a fidelidade ao partido, durante um certo tempo. Mas deve ter também um certo prazo. Porque pode mudar de opinião e até apoiar outro programa e ele tem o direito de fazer a sua mudança, a sua opção. Acredito que, no âmbito da Câmara, vai haver um certo entendimento para se buscar saídas para estes casos.”

**Mandatos majoritários** – “No caso dos mandatos majoritários, ainda vai ter de haver uma decisão do TSE. Mas esta decisão, mesmo que seja igual à do proporcional, de que o mandato é do partido, só vai valer a partir da decisão do STF, daqui para frente. Neste caso, não haverá o problema que os proporcionais (vereadores e deputados estaduais e federais) tiveram. No caso dos majoritários só vai valer após a decisão do TSE, que está programado para ser tomada ainda neste dia 11 de outubro. Então eles estão fora disso tudo, que foi feito para os candidatos

e donos de mandato em cargos proporcionais.”

**Regulamentação da política pelo TSE e pela justiça** – “Esta é uma realidade que acontece hoje no mundo: a prática de legislar, que cabe ao legislativo, assumida pela própria justiça. É o que se chama de “judicialização da política”, uma certa intromissão do poder judiciário na prática legislativa. Estas normas e resoluções, como a que o TSE poderá tomar nas próximas semanas, são formas de legislar. Na realidade, está legislando. Não é uma simples interpretação da lei pois estabelece normas, critérios etc. Este é um problema, porque de certa forma o Legislativo se omitiu. No momento de fazer a reforma política, ele não teve condições de enfrentar esta tarefa, deixou esse vazio, este espaço. E, para disciplinar esta situação, o Judiciário teve que dar passos adiante. Veja a repercussão que teve esta ausência de resposta para a reforma política, pela qual se fez um grande esforço. Aliás, o nosso partido, o PCdoB, fez um esforço muito grande, foi uma força que contribuiu através de deputados como o Flávio Dino, que chegou a fazer uma série de propostas concretas para buscar uma saída, para uma alternativa de reforma política que levasse em conta a nossa realidade. Mas nada disto prosperou; ficou no zero. Não se conseguiu dar sequer um passo adiante, e a consequência é o que estamos vivendo hoje”.

**Mensagem aos novos filiados do PCdoB** – “Temos dito a todos aqueles que se filiaram ao PCdoB que o partido vai estar ao lado deles na defesa da opção que fizeram. Porque, como disse, cada caso é um caso, todo mundo tem direito de defesa. Quanto a isso temos formas de defender esses companheiros que vieram a integrar o partido. A grande questão é a campanha do ano que vem, porque ela está em cima.

## EDITORIAL

## Em 1917, a Rússia indicou ao mundo o caminho do futuro

Há certas datas que representam pontos de viragem na história da humanidade. O ano da queda de Roma, 476, ficou na história como o fecho da antiguidade clássica, da mesma forma como 1453 – quase um milênio depois –, quando Constantinopla foi ocupada pelos otomanos, sinaliza o final da Idade Média. Há outros anos; 1789, queda da Bastilha, indica a revolução burguesa na França e um passo decisivo contra o absolutismo; 1822 marca a independência do Brasil.

O ano de 1917 está inscrito nessa série com letras vermelhas: ele assistiu à abertura de uma etapa nova na história da humanidade. A etapa da revolução mais profunda desde que existe a civilização, aquela revolução que abre caminho para a transição ao

socialismo e para a superação da história de mais de 10 mil anos das sociedades divididas em classes antagônicas, onde uma minoria domina o poder e controla a vida e a morte da maioria dos demais seres humanos, reduzidos a trabalhar para produzir riquezas que aquela camada minoritária concentra e usufrui.

Este talvez seja um dos sentidos mais profundos da experiência socialista iniciada pelos bolcheviques, com Lênin à frente, em 25 de outubro de 1917 (7 de novembro pelo calendário ocidental). Ela ocorreu em um país pobre e provou para os povos da terra que o atraso pode ser superado quando o trabalho é organizado para beneficiar os próprios trabalhadores.

Marcou o século 20. Ao derrotar a

agressão nazista, em 1945, consolidou-se como uma experiência avançada que prometia um futuro risonho para todos. A democracia, as conquistas sociais, a independência dos povos da África e da Ásia que ainda estavam sob o jugo colonial, foram consequências não só da existência da URSS, mas muitas vezes de seu apoio ativo às suas lutas.

A própria difusão dos partidos comunistas pelo mundo, e seu fortalecimento, foi outra consequência da ousadia dos soldados, trabalhadores e camponeses russos de colocar-se de pé, sob a direção do partido bolchevique.

Marx já havia assinalado, muitas décadas antes, que a revolução proletária é diferente das demais porque é movida por uma crítica implacável contra si própria e seus

protagonistas. Ela ergue-se, cai para levantar-se novamente, poderá cair outra vez sob os golpes daquela crítica feroz, até finalmente conquistar a forma de estado adequada para a eliminação de toda dominação.

A Grande Revolução Russa de 1917 não fugiu a este vaticínio. Sua trajetória foi marcada por grandes avanços e também grandes contradições. Até finalmente ter um melancólico final sete décadas depois, entre os anos de 1980 e 1990.

Mas deixou seu exemplo luminoso e a certeza, para os que lutam pelo progresso social, que alcançar uma forma nova e superior de sociedade é necessário e possível.

Salve a Revolução de Outubro! Salve os bolcheviques e seu exemplo de luta no presente e confiança no futuro!

PCdoB

# Militância forte e coerência política

Organização discute próximos passos para uma atuação afinada com os novos tempos

PRISCILA LOBREGATTE

O PCdoB enfrenta um novo desafio. Um “bom problema”, como salientou recentemente o secretário nacional de Organização, Walter Sorrentino. Trata-se de equacionar seu crescimento com um novo discurso e a implementação de uma política interna que dê conta de manter a militância mobilizada e cumprindo tarefas partidárias.

Às vésperas da próxima reunião do Comitê Central, marcada para 26 e 27 de outubro, e tendo em vista a renovação advinda das próximas conferências municipais e estaduais, a Comissão Nacional de Organização resolveu reunir o seu pleno, dias 6 e 7, em São Paulo, para discutir a pauta e elaborar propostas a serem levadas ao CC com o objetivo de aprimorar a política interna do PCdoB e ajustá-la à atual realidade partidária. Falta ainda, conforme salientou o dirigente, amoldar mais o partido em seus níveis de estruturação, garantindo maior organicidade, de modo a incorporar toda a militância a uma efetiva vida partidária coletiva.

## Um novo tempo

Alguns colunistas da grande mídia insistem em tratar o PCdoB como “legenda nanica”. A verdade, porém, é que o partido, ao contrário de siglas de aluguel, tem angariado cada vez mais respeito no meio político justamente pelo nexos entre sua ação e seu projeto tático e estratégico. E vem crescendo consideravelmente. Em seu último congresso, de 2005, o PCdoB contava com 69 mil militantes em 1.364 municípios, um incremento de 19% em relação a 2003, ano de conferências. Para 2007, a expectativa é que o partido possa alcançar 90 mil militantes, o que representaria um crescimento de 30%, em 1.849 municípios.

Outro dado que demonstra a expansão dos comunistas está no número de prefeitos e vereadores. Em 2004, o PCdoB elegeu 10 prefeitos, 29 vice-prefeitos e 273 vereadores. Hoje, conta com 32 prefeitos, 30 vices e 397 vereadores.

O motivo dessa ampliação é a construção de um partido arrojado, de caráter definido, com maior participação no cenário nacional. “A qualidade dessa nova realidade de crescimento mais político, com a adesão de detentores de mandatos, traz força reno-

vada ao partido. Não é um crescimento artificial, e também não é uma explosão. O que vemos é que há um reconhecimento de que o PCdoB é um partido que apóia o governo, mas é independente, e que não se submete às injunções dos caciques locais, bem como não se envolveu com os problemas de corrupção”, declarou Sorrentino.

Com a aproximação entre o PT e o PMDB, o que representou uma mudança de foco da esquerda para o centro do cenário político, o PCdoB tornou-se uma alternativa real para muitos quadros políticos. “O partido se reposicionou, ocupando esse vácuo deixado pelo PT e teve seu protagonismo bastante acentuado. O Bloco de Esquerda, por sua vez, conferiu a possibilidade de maior ação política”, disse Sorrentino durante a reunião.

Segundo o dirigente, “é uma fortuna que o PCdoB, nos últimos 10 anos, tenha tido essa onda de crescimento. Hoje, estamos bem situados tanto no cenário político, eleitoral e institucional, quanto na luta social e na luta de idéias. Nos últimos cinco anos, o PT, por exemplo, não cresceu e não soube nem ser independente do governo, nem fazer a defesa cabal dele”.

## Rica experiência

Os relatos dos dirigentes estaduais presentes à reunião não deixam dúvidas de que o trabalho dos comunistas será árduo. Questões como a implementação de instrumentos efetivos de inserção da militância, a mudança de concepção de alguns dirigentes e a manutenção do espírito do partido serão alguns desses novos desafios.

“Quando explicamos como funciona a democracia interna do PCdoB e falamos do entrelaçamento de nossa ação política com nossa ação nas massas, os olhos do pessoal brilham. Para eles, o partido é sim uma alternativa interessante”, relatou Abel Rodrigues, secretário de Organização do Ceará, durante a reunião.

Já Davidson Magalhães, secretário de organização na Bahia, chamou atenção para a resistência dogmática que o crescimento encontra dentro do próprio partido. “Há um movimento interno forte, calcado, mui-



Crescimento do PCdoB é uma fortuna, diz Sorrentino

tas vezes, em visões atrasadas, que transforma certos problemas em princípios”.

Richard Romano, dirigente em Minas Gerais, concorda que ainda existe, por parte de alguns dirigentes, uma visão estanque sobre os riscos dessa expansão. “Temos de cuidar também de quem está dentro e não só de quem está vindo”, alertou. Daniel Sebastiani, do Rio Grande do Sul, por sua vez, explicou que “para que o crescimento não seja amorfo, é necessário formar quadros e descentralizar as direções locais”.

## Mais vida partidária

Para responder às demandas dessa fase, a Organização tenta estabelecer um novo discurso para o PCdoB. O mote de “mais vida partidária” poderá nortear os trabalhos das direções nacional, estaduais e municipais. A expressão guarda em si a necessidade de incorporar, de fato, os novos contingentes e valorizar a efetiva vida partidária como fator distintivo do PCdoB e conferir maior espírito militante ao trabalho partidário.

É preciso, então, a articulação de pontos como tornar o partido mais conhecido da população e dos trabalhadores, por meio de

um projeto eleitoral majoritário avançado e da constituição de uma central sindical ampla e combativa; cuidar mais e melhor do partido; fortalecer o sentido estratégico da acumulação de forças combinando a luta de idéias com a luta social e a luta eleitoral-institucional; fazer com que todos os quadros participem da vida partidária e valorizar a militância. Neste caso, torna-se essencial desenvolver mais os liames entre militantes do partido, não deixar nenhum militante sem tarefa, fazer dos quadros intermediários pivôs desse esforço e investir em formação e comunicação como suportes para esse trabalho.

A Organização entende que uma atenção especial deve ser dada às conferências. Espera-se, portanto, ampla mobilização e abertura à participação do povo e resoluções centradas no projeto político. Ao mesmo tempo, é preciso melhorar o sistema de direção, garantindo política unificada, acompanhamento e controle; mobilizar e unificar o partido e incorporar o novo contingente, assegurando caráter orgânico. “Há aspectos novos na composição das direções estaduais, com mais presença de gente do interior, por conta dos novos ingressos. Mas não vamos conseguir incorporar todos. Daí a necessidade de fortalecer os fóruns macro-regionais. Talvez seja o caso de se criar fóruns de prefeitos e de vereadores também”, argumentou Sorrentino.

De acordo com o dirigente, é importante também reforçar as direções nas capitais, que não podem ser “meras extensões das direções estaduais, além de constituir comitês auxiliares de variados tipos”. Deve-se, também, “conferir a elas mais representatividade política e força orgânica”, afirmou.

Isso tudo para intensificar a lógica de mobilização do PCdoB, que acaba ficando presa à realização das conferências, congressos e campanhas eleitorais. Fora desses períodos, embora haja uma militância mais definida, imersa na atividade social, há também um recuo em suas atividades regulares nas organizações partidárias. Para Sorrentino, portanto, “não basta o PCdoB ganhar novas adesões. É preciso dinamizar e moldar a vida partidária, para dotá-la de mais força orgânica permanente”.

## Campanha pela sede quer emplacar Outubro Vermelho

Partido já conseguiu R\$ 1,5 milhão, mas continua arrecadação até dezembro

Chega a 1,5 milhão de reais o valor arrecadado para a aquisição da sede própria do PCdoB. Mas a campanha segue e a expectativa é que ao término, previsto para o final deste ano, o partido tenha conseguido o total de 2 milhões de reais. Algumas cidades já marcaram jantares para ajudar na arrecadação. Os próximos eventos acontecem em Recife, dia 19 de outubro; em Fortaleza, dia 26 de novembro e Porto Alegre, dia 10 de dezembro. Aracaju e João Pessoa também planejam contribuir, mas ainda não há data definida.

Segundo Vital Nolasco, secretário de Finanças do PCdoB, o balanço preliminar é bastante positivo. “Houve grande mobilização tanto das direções quanto da militância”. Por outro lado, explicou, “esses jantares se

transformaram em atos políticos de peso, com a presença de personalidades políticas de vários partidos, amigos do PCdoB, empresários do setor produtivo, gente do meio intelectual. Ou seja, o resultado está acima do esperado no que diz respeito aos valores arrecadados e também com relação à participação de nomes representativos”.

A militância tem sido fundamental neste processo. Mas falta ainda maior participação no Outubro Vermelho. Esta campanha, que se estende até novembro, destina-se a conseguir, neste período, o dobro da arrecadação entre militantes que compõe o Sistema Nacio-



O vice governador Omar Aziz (AM), Renato Rabelo e José Lobo

nal de Contribuição Militar (Sintem) e também arrecada as finanças para seu trabalho local”, finalizou Nolasco. (PL)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

ARAGUAIA

# Os Relatos de quem viveu os horrores da ditadura

*Em audiência inédita, camponeses do sul do Pará contam para a Comissão de Anistia o que os militares ainda querem esconder*

PRISCILA LOBREGATTE, ENVIADA ESPECIAL A SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Parar em São Domingos do Araguaia não é tarefa fácil para quem conhece ao menos parte da história recente do PCdoB. A região onde a cidade está localizada, conhecida como Bico do Papagaio, na confluência entre Pará, Maranhão e Tocantins, guarda em si marcas que talvez o tempo não seja capaz de apagar. Torturas, prisões, incêndios, mortes e decapitações são palavras que ainda pairam na mente dos moradores. E até hoje, a pobreza e a injustiça se fazem presentes, resultado de uma história de humilhação e desmandos em uma das terras mais disputadas do país.

Ali, há 35 anos, iniciava-se a Guerrilha do Araguaia, uma luta entre 69 militantes dos PCdoB e camponeses locais contra o regime militar. Era uma batalha entre Davi e Golias. Perdia-se em tamanho e equipamentos; ganhava-se em gana e sabedoria.

Contra essas poucas dezenas de guerrilheiros, o Exército brasileiro enviou três campanhas com milhares de soldados. A primeira, teria usado um contingente de cerca de 5 mil

homens; na segunda, o número saltou para 8 mil. Por fim, entre 5 mil e 6 mil soldados foram deslocados para dar conta de menos de uma centena de combatentes. Um mar de homens com ordens para matar contra poucos guerrilheiros mal armados. “No [destacamento] A e no C não havia reserva de farinha. As armas com que se contava eram precárias”, diz o relatório feito por Ângelo Arroyo.

Mesmo três décadas depois da carnificina, a região ainda carrega fortes cicatrizes. São almas que ali perderam a vida pela liberdade. Famílias que até hoje não sepultaram seus mortos. Moradores que vivem na miséria e que ainda lutam por cidadania e pelo reconhecimento do Estado brasileiro.

Hoje, após muita luta, o governo federal enviou à região, pela primeira vez, uma equipe da Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, para ouvir o que os sobreviventes e seus descendentes têm para contar. Ao todo, foram colhidos 141 depoimentos nos dias 22 e 23 de setembro, em São Domingos outrora “das Latas”, agora, “do Araguaia”.



Comissão acompanha primeiros relatos

É um passo importante porque possibilitará a anistia e a reparação financeira daqueles que foram prejudicados pelos militares. E é ainda mais significativo porque ao lado da decisão da União de não recorrer mais contra a abertura dos arquivos do período, é a primeira vez que

o Brasil olha para esses camponeses e vênos perseguidos políticos, gente que sofreu por ajudar a guerrilha ou simplesmente por conhecer os “paulistas”, como eram chamados. É mais um capítulo da obscura história dos anos de chumbo que vai se clareando.



Maria teve filhos levados por militares

## Os dois filhos de Maria

Dona Maria Bezerra de Oliveira ainda chora ao lembrar do período militar. Cearense de Matriz, foi para a região em 1950, e morava em Santa Cruz. Criava sozinha os seis filhos, colhendo arroz, feijão e coco de babaçu. Aos 78 anos, Dona Maria conta que os militares levaram dois de seus filhos, Juracy e Miracy. “Tinha um filho de 8 anos (Juracy) que foi iludido por um militar e que me largou por ele. Chorei quinze dias e fiquei da finura do meu dedo mindinho. Depois eles voltaram, mas o menino não queria saber de mim, nem queria tomar a benção. Aí, ele perguntou se eu dava o menino porque se eu desse, ele levava. Eu disse ‘tenente, dar eu não dou porque meus filhos não são cachorros, mas se você resolve levar ele, eu não tenho o que fazer’. E ele levou”.

Um tempo depois, eles insistiram para que ela desse o mais novo, Miracy. “Disse que dava o menino para ele por causa da minha situação, porque não tenho quem me ajude”, contou, chorando. “Não gosto nem de lembrar o que passei naquele tempo. Meus filhos sendo carregados por eles. Você não imagina a humilhação que eu sofri. Eu

não tinha como criar meus filhos. Eu era o homem e mulher da casa”.

Conforme relato de Dona Maria à Comissão de Anistia, o tenente, que levou o filho maior chama-se Antonio de Azevedo Costa. O sargento, que ficou com o filho caçula, chama-se João Lima Filho.

Aos 15 anos, Juracy, que fora viver com os pais do tenente, resolveu sair de casa. Perambulou um tempo pela capital cearense e depois, decidiu ir para Xambioá em busca da mãe. “Ouvi dizer que ele podia estar lá e fui atrás. Lembrava que ele tinha um sinal roxo no peito. Quando o encontrei, pedi para ele arregaçar a camisa e vi o sinal”. Hoje, ele vive com a mãe, mas do filho menor, Dona Maria não tem notícias. “Eles diziam que iam trazer o menino de tempos em tempos para eu ver e até hoje nada”.

Apesar da mágoa que tem dos militares, Dona Maria tocou a vida. Hoje, voltou a estudar. Está fazendo a 6ª série. “Fui muito humilhada, passei fome. Eles não deixavam a gente ir pro matto pegar comida. Não tem humilhação pior do que ter fome, saber que tem o que comer e não poder pegar porque não tem permissão”.

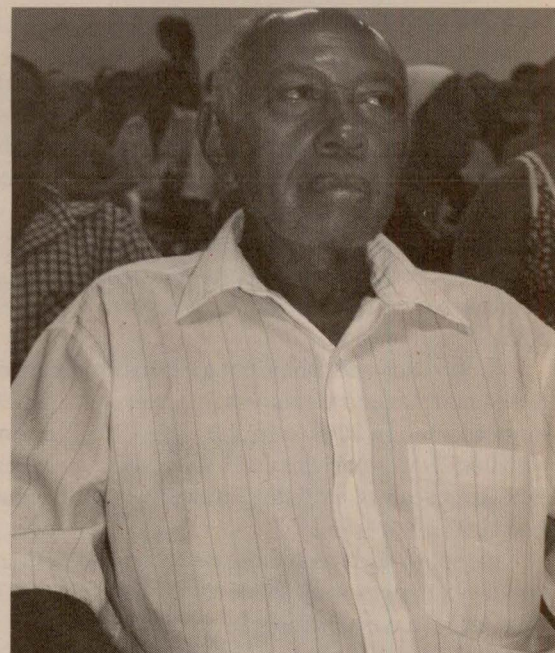
## Seqüelas da tortura

Seu Frederico Lopes aparenta ter 80 anos. Sentou na primeira fila, diante dos conselheiros da Comissão de Anistia e das autoridades que formavam a mesa do encontro. Mas os olhos dele pareciam absortos, perdidos em algum momento do seu passado. Quem fala por ele é a esposa, Dona Adalgisa Moraes da Silva, de 76 anos. “Os militares chegaram na minha casa perguntando pelo meu marido. Eu disse que ele estava na casa da minha cunhada, mas eles achavam que estava se escondendo”, recorda Dona Adalgisa.

Ela lembra que prenderam o marido na fazenda Fortaleza, onde viviam, e o levaram para Bacaba, local próximo a São Domingos, às margens da Transamazônica, onde os presos ficavam concentrados. Lá era feita uma espécie de triagem e se separava quem permaneceria ali e quem seria levado para outras bases do Exército, em Marabá, Xambioá e Araguaia. “Judiaram muito. Colocaram ele em cima das latinhas e derrubavam, chutaram e ainda penduraram pelo saco”, conta a esposa.

As latinhas, que armazenavam a comida consumida pelos militares, eram usadas como forma de tortura. Os prisioneiros eram obrigados a subir nelas descalços. Em geral, os militares chutavam as latas para que os prisioneiros caíssem no chão. Com um método pouco lógico de raciocínio, diziam que quem pulasse, mostrando mais esportividade, era mesmo guerrilheiro.

Mas não parou por aí o sofrimento de Seu Frederico. “Deram choque na cabeça do meu pai e por isso ele enlouqueceu. Chegou a me perseguir achando que eu era o marido da minha mãe”, disse José Moraes da Silva, conhecido como Zé da Onça, que hoje preside a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, fundada em 2005. Depois de passar 60 dias preso, sofreu tortura pelo simples fato de conhecer



Frederico sofreu choques elétricos

guerrilheiros, Frederico foi levado para Belém, para receber tratamento psicológico. “Os torturados nunca mais recuperaram o que perderam”, lamenta Zé da Onça. Na época em que o pai foi preso, ele tinha 14 anos e se viu obrigado a parar os estudos e trabalhar numa serraria o dia todo para sustentar a mãe e os irmãos menores. Ele lembra com carinho do “povo da mata”, ou “paulistas”, como os camponeses costumavam chamar os guerrilheiros. “Convivia com o pessoal. Eles ajudavam muito a gente. Tinha a Sônia, a Rosinha, a Fátima, morta no primeiro combate lá no São José”, disse, ao recordar de Lucia Maria de Souza, Maria Célia Correia e Helenira Rezende.

“Todos os camponeses da região da guerrilha, naquela época, perderam os seus bens e não tinham como sustentar seus filhos. Hoje, com a nossa associação, não vamos parar mais. Vamos lutar por nossos direitos. Porque se não tivesse tido aquele tanto de Exército aqui hoje os camponeses poderiam ser os fazendeiros da região”, salientou Zé da Onça.

## Os mateiros do Araguaia

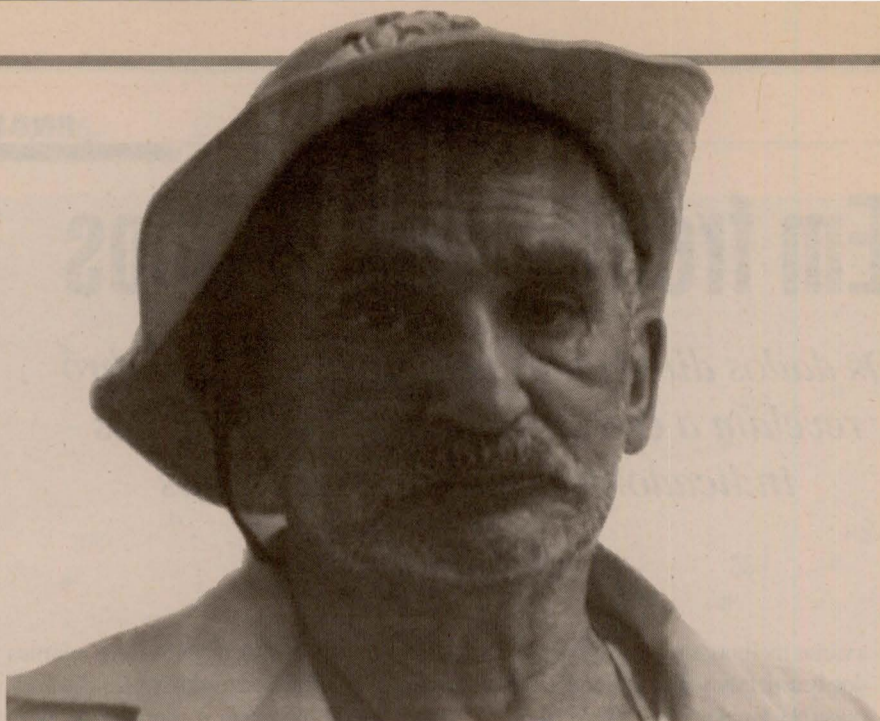
Entre os camponeses ouvidos pela Comissão, há também os mateiros, homens que conheciam bem a região e foram usados pelos militares para chegar até o esconderijo dos guerrilheiros. Um deles foi Cícero Pereira Gomes, uma peça importante nas investigações da Comissão. Ele contou que em 16 de setembro de 1973, aos 39 anos, foi levado à mata. Com sua ajuda, foi pego o guerrilheiro Chicão, ou Adriano Fonseca. “Não adiantava pegar vivo porque eles matavam. E atiraram no Chicão”, disse. Seu Cícero conta ainda ter presenciado a prisão de Jaime, Peri, Fogoio, Raul, Luiz Carlos, Daniel, Áurea, Lia, Tuca, Rosa e Valquiria. Ele contou que presenciou a morte de Jaime Petit com seis tiros de fuzil e que em seguida seu corpo foi decapitado.

Sobre Mariadina, Cícero recorda-se de tê-la visto com os braços machucados depois de ter se soltado queimando as cordas que a amarravam. Após a fuga, “botaram os cachorros atrás dela”, lembra. Segundo ele, Di-

na teria sido morta em junho de 1974. O depoimento de Seu Cícero confirma que os guerrilheiros, mesmo presos e sem condições de reagir, foram executados friamente, prática que é uma afronta à Convenção de Genebra.

Alguns mateiros que ajudavam o Exército ganhavam terras legalizadas pelo Incra. Muitas vinham pela mão de Sebastião Rodrigues de Moura, o sinistro major Curió, um dos algozes dos guerrilheiros. “Ele deu terra para quem não merecia”, reclamou Cícero, que disse não ter recebido a recompensa. Ele relatou ainda que até 1988 os militares o visitavam.

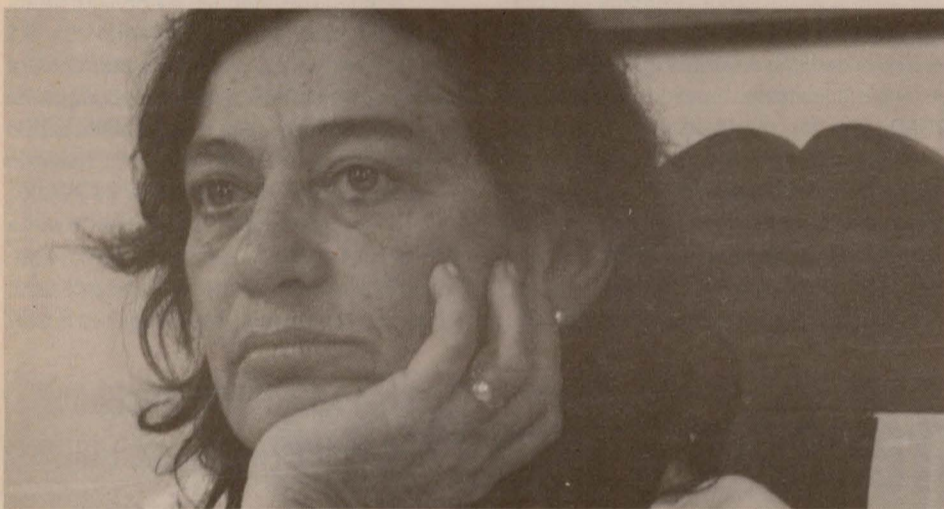
Seu Vanu, ou Manoel Leal de Lima, trabalhava na fazenda Fortaleza e era vizinho dos guerrilheiros. Conta que foi preso em 8 de outubro de 1973 porque ajudava os guerrilheiros doando farinha. Passou 11 meses na Bacaba. “Bateram muito em mim e só não me judiaram mais porque queriam que eu ajudasse”, disse. Depois de preso, passou a ser levado para a mata, ajudar na bus-



Vanu era guia, mas também foi torturado

ca pelos paulistas. “E não tinha jeito de enganar porque se não eles me matavam”. Em 1975, quando os guerrilheiros já haviam sido exterminados, Vanu foi levado para Belém, “para procurar quem ainda pudesse estar por lá”.

Hoje, Seu Vanu diz ter raiva dos militares. “Não gosto deles porque me enganavam e porque eu podia estar bem de vida hoje, mas perdi meus animais e depois que fui preso, tacaram fogo em minha casa e os madeiros tomaram conta da terra”.



Socorro promove justiça no Pará

## Descortinando a perseguição

Atividade de promover o encontro dos torturados do Araguaia partiu do governo do Pará e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), que convidou a Comissão de Anistia para ouvir os depoentes. “Essa audiência é histórica e da mais alta importância porque se trata de o Estado brasileiro reconhecer suas responsabilidades e as violências cometidas, entre elas a tortura de presos indefesos sob a guarda do Estado”, disse Socorro Gomes, titular da Sejudh.

“Foi um fato positivo em todo esse processo de busca da verdade, que vem acontecendo ao longo desses anos após a ditadura militar e vem a fortalecer a luta dos familiares e da sociedade comprometida com esse processo”, salientou Diva Santana.

Segundo a deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), que acompanhou a sessão como membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o que mais chamou atenção nos depoimentos a que teve acesso foi a constatação de que houve uma ação terrorista generalizada por parte dos militares contra a população local. “Foram dezenas e dezenas de camponeses presos e obrigados a prestar serviços aos militares. Fiquei muito assustada com o clima de perseguição indiscriminada, o nível de aprisionamento daqueles camponeses e o uso deles como agentes involuntários do rastreamento dos guerrilheiros na mata”.

Para Paulo Abrão, a audiência tem duas dimensões relevantes. “A primeira é que a Comissão de Anistia foi até a comunidade. A prática democrática do Estado brasileiro é de que os tribunais julguem seus processos dentro de quatro paredes, fechados em palácios, dentro de seus prédios suntuosos. Levamos a Comissão até o interior do Pará para

que os próprios conselheiros, que vão julgar esses casos, pudessem ouvir a história de cada um deles. Isso é um exemplo de democratização do acesso à Justiça no Brasil”. O segundo ponto é que, no caso da Guerrilha do Araguaia, “a oitiva tem um grau de credibilidade muito maior do que a mera declaração individual enviada pelo Correio até Brasília. Afinal, não sabemos em que condições esse tipo de declaração é colhido”.

De acordo com um dos conselheiros da Comissão de Anistia, Egmar José de Oliveira, “a audiência em São Domingos não deixou dúvidas de que houve perseguição sistemática dos militares aos moradores da região, o que nos dá elementos suficientes para anistiar os perseguidos. O passo seguinte é verificar as formas de reparação financeira”.

Segundo a lei 10.559, a Lei da Anistia, a indenização pode ser paga em prestação única ou mensal. No caso dos camponeses, que em sua maioria não possuía vínculo empregatício, as indenizações deverão ser aplicadas em uma única parcela, no valor máximo de R\$ 100 mil reais. Com base nos relatos colhidos e nos documentos que a Comissão vem juntando ao longo dos últimos anos, os conselheiros irão verificar a veracidade dos depoimentos.

Apesar da resistência que ainda existe por parte dos militares para que não se investigue o caso mais a fundo, Zezinho do Araguaia, sobrevivente da guerrilha, está confiante no trabalho da Comissão. “Foi o maior avanço que pude ver na nossa democracia. Para mim, foi o grande encontro do século 21 no Brasil, um encontro de heróis. De um lado, aqueles que lutaram contra um governo tirano. Do outro, aqueles jovens da Anistia, que ousaram sair do ministério e ir ao encontro dos camponeses”.

## Decapitação

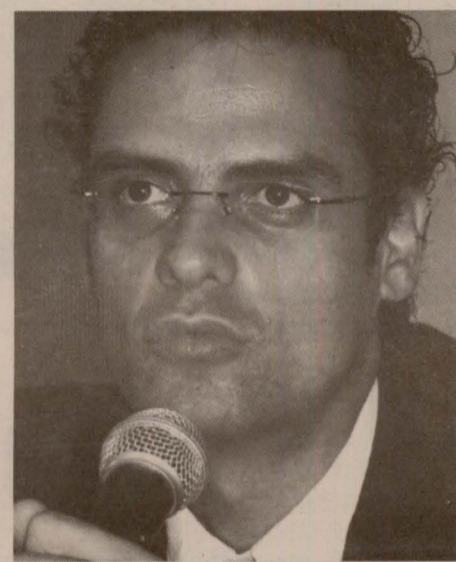
O livro *Direito à memória e à verdade*, recentemente lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, trata de uma prática cruel, porém comum entre os militares durante ações no Araguaia: a decapitação. O livro cita, por exemplo, os casos de Arivaldo Valadão, o Ari, e de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão.

Num dos trechos, o livro conta: “Segundo depoimentos de moradores da região, [Osvaldão] foi morto em abril de 1974, próximo à Semana Santa, perto de São Domingos. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Na primeira vez em que o cadáver foi içado pelo helicóptero, caiu e fraturou ossos da perna. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares, sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como ‘Vietnã’ (vala situada ao final da pista de pouso da Base Militar de Xambioá), onde eram lançados os mortos e moribundos. Com o término das operações militares, foi feita uma grande terraplanagem para descaracterizar o local”.

Ângelo Lopes de Sousa, 74 anos, viu o corpo de Osvaldão separado de sua cabeça. Veio do Maranhão para São Domingos em 1964. Tinha um pedaço de terra no lugar conhecido como Metade, onde vivia com a família. “Trabalhei com o Exército entre 1973 e 1974. Fui umas oito vezes com eles pro matão”, contou. Ele recorda que teve um tiro no peito em Chega com Jeito, entre soldados e guerrilheiros. “Aí, vi o Osvaldão morto, na Grota da Onça. Eu tava de guia nesse dia e vi a cabeça dele separada do seu corpo”.

Quando acabou a guerrilha, Seu Ângelo disse que participou de reunião com militares e guias com a presença do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió. “Ele dizia que tinha que pegar esse povo, os guerrilheiros, e que ele tinha vencido a guerra e que ia dar um lote de terra para cada um”. Ângelo diz que não quis porque já tinha sua roça.

“Os guerrilheiros eram um povo bom. A gente não tinha hospital aqui e quando tinha malária eles davam o remédio certo. Faziam mutirão e ajudavam na roça”, lembra Raimundo Nonato dos Santos, um dos na época conhecido como Peixinho, vizinho dos guerrilheiros. Seu Raimundo disse que



Abrão: audiência é prática democrática

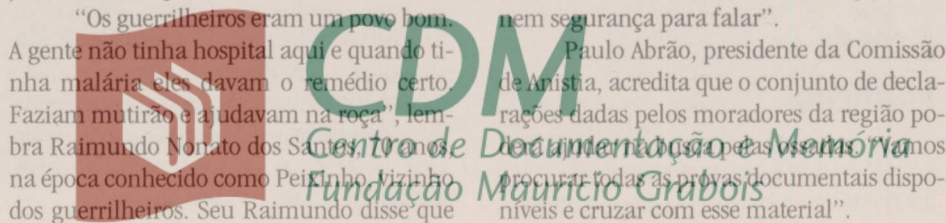
conheceu Nelito, Zé Carlos, Nunes, Zé Bom, Piauí, Edinho, Duda, Maria. “Vi o Nunes e o Zé Carlos quando eram enterrados ainda com a cabeça de fora. É difícil de achar porque aquela área agora tá toda debaixo de pasto. Fica em Caçador, na cabeceira da fazenda Fortaleza”.

Ele contou que os militares “colocavam os guias de isca na frente”; em seguida, vinham os soldados. O grupo de Peixinho, conforme relatou, guiava o Capitão Salsa. “Ele não usava farda, mas roupa normal, de camponês”. “Fui porque era obrigado. Mas nunca derrubei sangue de ninguém”, ressaltou.

Peixinho falou também sobre Pedro Carretel, camponês que se incorporou às Forças Guerrilheiras do Araguaia (Forga). “Foi pego vivo. Encheram ele de chumbo, mas ele não morreu. Levaram ele pra Bacaba. Carretel disse ‘no dia em que eu sair daqui, vocês não vão escapar de mim’. Só por dizer isso, os soldados mataram ele. Gostava muito dele, moço. Não queria ver morrer”.

Um dos mistérios que rondam a Guerrilha do Araguaia é o paradeiro das ossadas. Muitos corpos foram retirados de seus locais, em outros, o solo foi modificado. De acordo com Diva Santana, conselheira da Comissão de Mortos e Desaparecidos, membro do grupo Tortura Nunca Mais na Bahia e irmã da guerrilheira desaparecida Dinaelza Santana Coqueiro, a Mariadina, “os depoimentos que ouvi ali não ajudam muito. Contudo, aquelas pessoas que falaram para a Comissão sabem muita coisa, mas não têm garantia, nem segurança para falar”.

Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, acredita que o conjunto de declarações dadas pelos moradores da região poderão ajudar a encontrar as ossadas. “Vamos procurar todas as provas documentais disponíveis e cruzar com esse material”.



# Em frente, aos poucos

*Os dados divulgados pelo IBGE em setembro revelam a continuidade da melhoria dos indicadores econômicos e sociais*

JOSÉ CARLOS RUY

As várias melhorias na situação de vida dos brasileiros registradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006, divulgada pelo IBGE em setembro, só podem ser comemoradas moderadamente: ela é a demonstração das virtudes

e também dos limites da política econômica vigente. As virtudes se traduzem em melhorias na renda, emprego e moradia do povo mais pobre. E os limites, na manutenção de um mesmo padrão de desenvolvimento que favorece — e muito — os mais ricos, mantendo



Há 200 anos, a elite já tinha a mesma parcela da riqueza que tem hoje

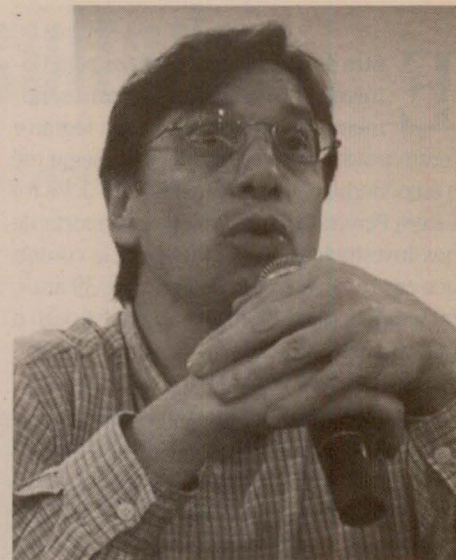
a estrutura social intocada e praticamente não alterando a injusta distribuição de renda que é a marca mais tradicional do Brasil.

A força de trabalho cresceu, sendo formada por 97,6 milhões de pessoas, incluindo patrões e trabalhadores. A taxa de desemprego caiu e, em 2006, foi a menor dos últimos dez anos: 8,4%. Mas ainda é grande, e deixa 8,2 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho.

O número de trabalhadores informais também diminuiu, mas a taxa continua muito alta: 55,1%. Isto é, mais da metade dos trabalhadores brasileiros estão à margem dos benefícios da legislação trabalhista. São cerca de 53 milhões de pessoas que trabalham em situação precária. O número daqueles que têm contrato formal de trabalho (carteira assinada) cresceu 4,7%, e alcança 30,1 milhões de pessoas.

Marcas mais espetaculares foram registradas na diminuição da pobreza. Entre 1993 e 2006, o percentual de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza caiu de 35% do total da população para 19%, sendo que 2006 teve o melhor resultado dos últimos dez anos. Nesse ano, o número de pessoas nessa condição diminuiu 15%, um recorde. Segundo cálculos baseados nos dados da PNAD, isso foi resultado do aumento de 9,16% na renda domiciliar per capita.

Estes cálculos mostram também uma aceleração no crescimento de 12% da renda da metade mais pobre da população e uma redução na velocidade do aumento dos ganhos dos 10% mais ricos, que ficou em 7,8%.



Para Pochmann falta revolução no país

Estes resultados, dizem os especialistas, devem-se não só a programas sociais, como o Bolsa Família mas também ao aumento real do salário mínimo e ao crescimento do número de trabalhadores com carteira assinada.

A renda média foi de R\$ 883,00, ainda longe do pico de 1996, quando era R\$ 975,00. Entre os mais pobres, o aumento foi maior, recuperando o poder de compra de dez anos atrás. Mas são valores ainda muito baixos: nesta parcela da população, o salário médio passou de R\$ 267,00 para R\$ 293,00.

Outro quesito com dados positivos é a educação. A taxa de analfabetismo entre a população com mais de 10 anos de idade caiu, pela primeira vez, para taxas de apenas um dí-

## Ritmo lento, mas progressivo e constante

*A pesquisa realizada anualmente visitou 145.547 residências e ouviu 410.241 pessoas em todas as regiões do país, produzindo um retrato da retomada do desenvolvimento, que vai devagar e sempre*

### Mais mulheres que homens

Em 2006, a população do País era composta por cerca de 91 milhões de homens e 96 milhões de mulheres. No total, a população em 2006 era de 187 milhões de pessoas.

### Menos jovens, mais idosos

A tendência ao envelhecimento da população, já registrada nos censos anteriores, continua. Aumentou o número das pessoas com mais de 40 anos de idade. Elas eram 31,5% da população em 2005 e hoje são 32,3%. Isto é, são 60,4 milhões de pessoas nessa faixa de idade.

Por outro lado, a parcela com até nove anos diminuiu de 17,1% para 16,5%, e em 2006 eram 30,8 milhões de pessoas.

A estrutura etária do país vai passando de uma composição jovem para mais velha, refletindo a redução do número de filhos, que tem sido contínua nos últimos anos. Em 2005, era de 2,1 filhos por mulher em idade fértil; em 2006, era 2.

A população até 25 anos de idade vem caindo continuamente desde 1981 a 2006. Naquele ano, essa população representava 58,2% do total; 25 anos depois, caiu para 44,3% do total.

### A cor do brasileiro

Uma das grandes novidades da PNAD 2006 está no quesito cor: pela primeira vez,

desde o censo de 1890, o número das pessoas que se declaram brancas ficou abaixo da metade do total. Segundo a pesquisa, 49,7% dos entrevistados se declararam brancos, 42,6% pardos e 6,8% pretos.

Em 2005, o número de brancos e pardos era um pouco maior (respectivamente 49,9% e 43,2%), enquanto o de pretos era menor (6,3%). A pesquisa incluiu cinco categorias nas quais a pessoa podia se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo quem se declarou de raça amarela), parda (incluindo quem se declarou mulato, caboclo, cafuzo, mameluco ou mestiço de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena.

### 97,6 milhões de trabalhadores

A força de trabalho brasileira era formada, em 2006, por aproximadamente 97,6 milhões de pessoas, representando um crescimento de 1,4% em um ano.

Por setor, estava dividida (em milhões de trabalhadores):

Atividades agrícolas:	25,6
Atividades urbanas:	72,0
Serviços*:	37,0
Comércio e reparação:	15,7
Indústria:	13,2
Construção civil:	5,8

\* inclui trabalhadores das atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades.

Havia, em 2006, 30,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada, um aumento de 4,7% em relação a 2005.

Em 2006, os militares e funcionários públicos estatutários eram 5,9 milhões; em 2005 eram 6,3% do total, passando para 6,6% em 2006.

A PNAD 2006 também registrou a existência de 19 milhões de trabalhadores "por conta própria" (21,2% da população ocupada, igual ao de 2005). Havia ainda 5,4 milhões de trabalhadores não-remunerados, número 8,7% menor que o de 2005.

### Mais da metade dos trabalhadores são mulheres

Outra revelação da PNAD é o avanço das mulheres no mercado de trabalho. Hoje, elas formam mais da metade da população economicamente ativa (52,6%), mostrando um grande salto nas últimas décadas: em 1980, por exemplo, eram apenas 30% do total.

### Diminuição no desemprego

Em 2006, o Brasil teve a menor taxa de desemprego dos últimos dez anos: 8,4%. Em 1997, foi de 7,8%. Em termos absolutos, o número de desocupados caiu de pouco mais de 8,9 milhões para 8,2 milhões.

O presidente do IPEA, Marcio Pochmann, considerou esse recuo lento e defendeu mais investimentos para a geração de renda. "Ainda temos uma taxa de desemprego muito acima de outros países. Então, precisamos ter uma preocupação funda-

mental com a inclusão por meio da geração de emprego de qualidade, sem falar que parte importante dos empregos que estão sendo gerados estão associados ainda a uma remuneração muito baixa", disse.

Ele observou também que essa mudança é uma indicação de que a legislação trabalhista não é um entrave para a contratação formal.

### Mais da metade dos trabalhadores são informais

A PNAD 2006 registrou a diminuição no número de trabalhadores informais, sem carteira assinada. Eram 56,4% do total em 2005, passando para 55,1% em 2006.

### 237 mil crianças de 5 a 9 anos trabalham

Apesar de ter apresentado redução considerável nos últimos 11 anos, o trabalho infantil ainda emprega mais de 5 milhões de brasileiros. Em 2006, 11,1% das crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos trabalhavam, número ainda alto, embora menor do que os 12,2% de 2005 e os 18,7% de 1995. Existem 237 mil crianças de 5 a 9 anos trabalhando; entre 10 e 14 anos, são 1,7 milhão em todo o país. Nessa faixa, 53,3% não tem remuneração. O trabalhador infantil típico é do sexo masculino (64,4% do total) e negro ou pardo (59,1%); 19% não frequentaram a escola em 2006 e a evasão escolar entre eles é quase três vezes maior do que a de crianças e adolescentes que não trabalham (6,4%).

gito. A taxa era de 10,2% em 2005 e de 9,6% em 2006. Mas ainda existem quase 15 milhões de brasileiros iletrados, um número muito alto.

O ensino fundamental estava universalizado, atingindo 97,6% das crianças de 7 a 14 anos de idade. Mas o funil educacional continua, e somente 31,7% das pessoas entre 18 e 24 anos continuavam na escola. Na faixa de idade superior a 25 anos, a taxa é muito menor: 5,6%.

### Reformismo mitigado

Os dados da PNAD configuram aquilo que o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, já classificou de “reformismo mitigado”, que deixa intocados problemas estruturais do desenvolvimento. Um exemplo é a distribuição de renda, onde a situação é semelhante à do passado colonial e escravista. Segundo o economista Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no final do século 18, os 10% mais ricos na cidade do Rio de Janeiro tinham 67,7% da riqueza total; é um exemplo da concentração da renda de então. No final do século 20, os 10% mais ricos ainda tinham 75,4% da riqueza total, situação que piorou desde a década de 1950. Em 1959, os trabalhadores tinham 55,5% da renda nacional; caiu para 50% em 1980 e 39,1% em 2005. Hoje, o Brasil tem cerca de 60 milhões de famílias. Entretanto a recuperação ocorre a conta gotas. Desde 2001, diz Pochmann, a “cada ano, menos de 0,5% do PIB nacional tem sido transferido

## A renda cresceu, mas ainda é menor do que em 1996

Em 2006, os trabalhadores passaram a ganhar mais. A renda média mensal aumentou 7,2%, atingindo o patamar que havia sido registrado em 1999, (R\$ 883,00). Esse crescimento é maior do que a alta observada de 2004 para 2005 (4,6%), mas não repõe as perdas ocorridas a partir de 1996, quando a renda média era de R\$ 975,00.

O crescimento maior ocorreu entre as pessoas de renda menor que conseguiram, em 2006, recuperar o poder de compra perdido desde 1996. Mas sua renda ainda é muito baixa: em 1996, a média era de R\$ 267,00; em 2006, R\$ 293,00.

Essa recuperação se deve, segundo a coordenadora de Trabalho e Rendimentos do IBGE, Márcia Quintslr, ao crescimento real de 13,3% no salário mínimo entre 2005 e 2006. Ela destacou que a maior elevação da renda entre as classes mais baixas dá continuidade ao “suave processo” de desconcentração de renda, mas não causa impacto significativo na desigualdade existente.

É no Nordeste que estão os trabalhadores mais beneficiados por essa melhoria. Entretanto, a renda média local ainda é muito baixa (R\$ 565,00), quase metade da renda dos trabalhadores da região Sudeste (R\$1.027,00).

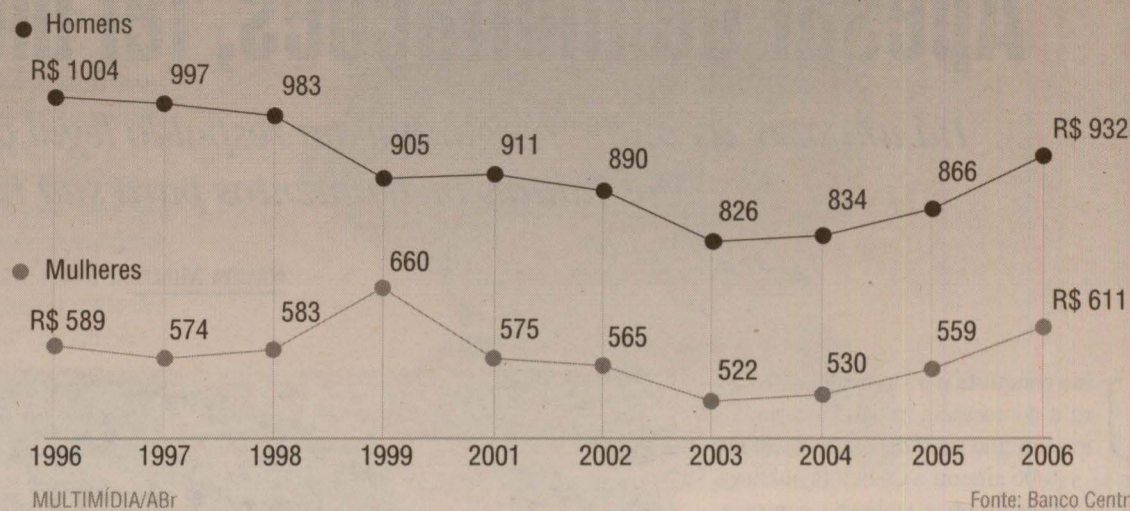
## Diminuição recorde no número de pobres

Entre 1993 e 2006 o total da população brasileira abaixo da linha de pobreza diminuiu de 35% (mais de um terço) para 19% (menos de um quinto) do total. Foi uma redução de quase a metade do percentual de pobres (45%) em apenas 14 anos.

O dado faz parte do estudo *Miséria, Desigualdade e Política de Renda: O Real do Lula*, coordenado pelo pesquisador Marcelo Neri e divulgado em setembro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi feito a partir de dados da PNAD 2006. O autor do

## Voltando a crescer

*A renda média dos brasileiros caiu em todo período FHC (de 1996 a 2003). Voltou a crescer desde 2003 e já está outra vez no nível de 1999.*



para mais de 10 milhões de famílias que vivem em condições de extrema pobreza”. Os sinais captados pela PNAD mostram que esse ataque à concentração de renda ainda é muito inicial, freado pela manutenção da política de juros altos que beneficia as cerca de 20 mil famílias mais ricas do país, e que concentram a renda e a propriedade. Este é um dos aspectos estruturais que o reformismo mitigado apenas arranha.

Marcio Pochmann correlaciona a concentração de renda com a de poder, e explica a primeira pelo fato histórico do “país jamais ter vivido alguma experiência revolucionária”. Isso favoreceu a “estabilidade do conservadorismo no poder”. Não houve, diz

ele, nem mesmo uma experiência de desconcentração de renda que fosse fruto de “reformas civilizadoras do modo de produção capitalista” como as que aconteceram em vários países durante os séculos 19 e 20, entre elas a reforma agrária, a reforma tributária progressiva (favorável aos mais pobres) e a reforma social constituiu “um padrão de bem estar social”.

Outro aspecto ressaltado por ele é o abandono do projeto de industrialização nacional, a partir de 1980. Avançou desde então o “ciclo da financeirização da riqueza, que traz em seu bojo o retorno ao modo primário-exportador de matérias-primas e produtos agropecuários (agronegócio)”.

Os dados da PNAD reforçam os dile-

mas colocados no debate sobre o desenvolvimento brasileiro. A pesquisa registra que o país está em movimento. Ao contrário do período anterior, dominado pelos dogmas neoliberais e marcado pela estagnação ou pelo retrocesso nos indicadores, principalmente de emprego e renda. Desde 2003 o país voltou a crescer. Vai em frente, mas aos poucos, com um modelo de desenvolvimento que corteja com experiências anteriores, com ênfase na agroexportação. Mas o país precisa de mais: mais ousadia, mais velocidade no desenvolvimento e maior valorização do trabalho e da renda dos brasileiros. Por isso a comemoração dos dados da PNAD é comedida: eles não apontam, ainda, neste rumo.

Os dados da PNAD reforçam os dilemas ainda somam ainda são 14,9 milhões de pessoas (547 mil a menos do que em 2005). Eles estão concentrados principalmente no Nordeste, que tem mais da metade dos brasileiros nesta condição (7,9 milhões). Lá, a taxa de analfabetismo na população com idade superior a 10 anos ainda é de 18,9%, quase um em cada cinco.

Outro problema é o grande número de analfabetos funcionais, pessoas que, apesar de alfabetizadas, têm dificuldades para compreender o que lêem. Em 2005, as pessoas nesta condição eram 24,9% do total; em 2006, caiu para 23,6% - representando um milhão a menos do que no ano anterior.

Por outro lado, aumentou o tempo médio de estudo dos brasileiros: era de 6,6 anos em 2005, e agora é de 6,8 anos.

Em 2006, havia, entre os brasileiros com mais de 5 anos de idade, cerca de 54,9 milhões de estudantes.

O ensino fundamental estava universalizado: 97,6% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola. Para as outras faixas de idade escolar - de 5 ou 6 anos e de 15 a 17 anos de idade - os percentuais de frequência à escola também eram altos: 84,6% e 82,2%, respectivamente.

Para os demais grupos de idade entre 18 a 24 anos, e acima de 25 anos, contudo, a participação escolar era bem menor: 31,7% e 5,6%, respectivamente.

## Mais água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica

No Brasil, em 2006, o número médio de pessoas por domicílio era de 3,4. Por família, era de 3,2. Mais da metade (55,8%) das residências tinha até três moradores. Na outra ponta, a das residências com mais moradores, 2,3% do total tinham oito ou mais habitantes.

A moradia dos brasileiros melhorou com o aumento do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica. “Em geral os indicadores dão

seguimento a uma tendência de melhoria que vinha sendo identificada ao longo dos anos”, afirma a coordenadora de Trabalho e Rendimentos do IBGE, Márcia Quintslr.

Em 2006, 83,2% dos municípios brasileiros eram abastecidos por água, e 70,6% tinham esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica), um avanço em relação a 2005, quando esses percentuais foram de 82,3% e 69,7% respectivamente. Mas ainda existem disparidades grandes. No Nordeste, por exemplo, o saneamento ainda não atinge nem a metade das moradias: mais de 50% delas continuam sem esgoto.

## Sudeste é mais informatizado do que o Nordeste

Um dos equipamentos domésticos cujo uso cresceu nas moradias brasileiras é o computador - e o acesso à Internet. Em todo o país, em 2006, uma em cada cinco residências tinha computador, e quase o mesmo número tinha acesso à Internet. Em 2001 o número de domicílios com computadores era de 12,6%, pulando para 22,4% em 2006 - quase o dobro. E 16,9% das famílias tinham acesso à Internet.

A diferença regional, neste quesito, é grande, com um verdadeiro “fosso tecnológico” entre as regiões Sul e Sudeste, com índices melhores, e o Norte e Nordeste, onde são mais baixos. A região mais informatizada, segundo os dados da PNAD, é o Sudeste, onde 29,2% das residências - uma em cada três - têm computadores. Depois vêm o Sul (27,9%), Centro-Oeste (20,4%), regiões Norte (12,4%) e Nordeste (9,7%), mostrando que o índice de informatização do Sudeste é três vezes mais alto do que o do Nordeste.

Em relação ao acesso à internet, a disparidade regional é semelhante. O Sudeste é campeão (23,1%), seguido pelo Sul (20,8%), Centro-Oeste (14,6%), Nordeste (6,9%) e Norte (6%). O “fosso tecnológico” é bem maior do que o do Norte. (Com Agência Brasil)

## Educação: o funil continua

Uma boa notícia é a de que o número de brasileiros analfabetos caiu para taxas de apenas um dígito. Em 2005, 10,2% pessoas maiores de 10 anos não sabiam ler ou escrever; em 2006, eram 9,6%. Mas o número absoluto é muito alto: os brasileiros iletrados

MARIA DA PENHA

# Apesar de limitações, lei mostra resultados

*Há um ano, as mulheres ganhavam respaldo legal contra a violência doméstica. Mas faltam instrumentos para sua implementação*

RENATA MIELLI

Uma conquista para as mulheres e para a democracia brasileira completou um ano em 7 de agosto de 2007. A Lei 11.340/06 alterou o Código Penal brasileiro e transformou a violência contra a mulher em crime. Foi batizada de Lei Maria da Penha em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia, que, em 1983, foi vítima da violência doméstica. Seu ex-marido tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez atirou contra ela, e na segunda tentou electrocutá-la. Por conta das agressões sofridas, Penha ficou tetraplégica. Nove anos depois seu agressor foi condenado a oito anos de prisão. Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos e foi libertado em 2002. Hoje, está livre.

Dados da Fundação Perseu Abramo mostram que uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem — na maioria dos casos alguém da família, o marido, o pai, o filho, o namorado — que antes da aprovação da nova lei eram punidos com prestação de serviços comunitários ou doação de cestas básicas, quando muito.

O amplo debate que se realizou previamente à aprovação da Lei Maria da Penha contou com a atuação decisiva da então deputada federal pelo PCdoB do Rio de Janeiro, Jandira Feghali. Ela foi a relatora do substitutivo que se transformou na Lei 11.340/06.

## Avanços e limitações

O reconhecimento de que a violência contra a mulher é um crime e uma violação dos direitos humanos, foi muito comemorado pelos movimentos de mulheres e outras entidades da sociedade civil.

O primeiro passo que precisa ser destacado é o fato de a lei conceituar o que é violência doméstica e familiar, que não é só física. Há a violência psicológica, moral e contra o patrimônio.



Maria da Penha inspirou a lei, que completou um ano

Além dos desdobramentos legais, a Lei Maria da Penha transformou a questão da violência contra a mulher em pauta dos meios de comunicação. A discussão do tema extrapolou o movimento de mulheres e os circuitos acadêmicos para ocupar a agenda pública. Mas, um ano após a sua vigência, ainda é necessário que se constituam instrumentos públicos que dêem vazão às denúncias, acompanhamento legal e principalmente o apoio à mulher. São desafios que precisam ser superados para tornar mais eficazes os dispositivos da lei.

Segundo dados da Associação de Magistrados do Brasil, desde que entrou em vigor, apenas 12 estados criaram varas especializa-

das em violência doméstica contra a mulher, que ainda estão funcionando precariamente: Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

É pequeno, também, o número de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs). Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o número atual de DEAMs é 339, num país que possui mais de 5.500 municípios.

A primeira consequência disso é o encaminhamento das denúncias para as varas criminais comuns — onde elas são menosprezadas em detrimento dos assassinatos,

tráfico de drogas e outros crimes, além do machismo e da falta de qualificação do pessoal que atende essas denúncias —, ou então para as varas de família, onde a questão não é tratada como violência.

Mesmo com essas limitações, no primeiro ano de aplicação da lei foram instaurados mais de 10 mil processos, sendo que metade deles resultou na aplicação de medidas de proteção à mulher para impedir que o agressor chegasse perto da vítima. Também foram registradas 864 prisões em flagrante e 77 preventivas.

Uma avaliação realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres aponta para a desigualdade da implementação da lei no país. Na região Centro-Oeste foram instaurados 3.501 processos criminais, enquanto no Sudeste apenas 2.994. Em relação às medidas de proteção emergenciais, foram 1.723 no Centro-Oeste, 1.632, no Sul e 1.207 no Sudeste.

O levantamento mostra, ainda, que houve redução nas denúncias em alguns estados brasileiros, como São Paulo. A ministra Nilcéa Freire informou que a SPM está fazendo um estudo para analisar se a queda no número de inquéritos em São Paulo é decorrente de subnotificação ou da efetiva diminuição dos casos. “Tem que se pensar no efeito inibidor da lei. O réu deixa de ser primário e pode ficar até três anos preso. Melhor do que prender é fazer com que o sujeito pense duas vezes antes de agredir a mulher, e isso pode já estar acontecendo”, ponderou Nilcéa.

A SPM está adotando uma série de medidas para orientar, facilitar a denúncia e dar apoio à mulher vítima de violência. Foi criada a Central de Atendimento à Mulher, Disque 180, e foi publicada uma cartilha sobre a Lei Maria da Penha, que foi distribuída para as instituições que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de risco (Polícia, Delegacia das Mulheres, Casas Abrigo, Centros de Referência, etc.).

## Ele queria cortar minha barriga, diz vítima

No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é espancada. E 70% das agressões que elas sofrem acontecem dentro de casa, no lugar onde deveriam se sentir mais seguras. As mãos que, com uma aliança, selaram o compromisso de união na alegria e na doença, muitas vezes são as mesmas que provocam uma das piores chagas que ainda hoje milhares de mulheres se sentem obrigadas a suportar.

Agora, o crime deixou de ser punido com alimentos e serviços sociais. Hoje, a Lei Maria da Penha versa sobre aqueles que procuram dominar as mulheres usando todo tipo de violência. E isso tem dado maior confiança para que elas saiam do escuro e denunciem seus agressores.

“Ele veio pra cima de mim com a faca e queria cortar minha barriga para ver a criança”, relatou ao jornal *O Povo*, do Ceará, uma mulher de nome fictício, chamada Rosana. Sua história começou há 20 anos, após o infeliz casamento com um homem ciumento e agressivo. Esse foi só o primeiro

caso de violência. Rosana foi esmurrada, insultada e ameaçada várias vezes. “Mas eu não podia me separar dele. Tinha medo e não podia, sozinha, sustentar meus filhos”, contou.

Hoje, aos 43 anos, estimulada pela denúncia da filha de 21 que também sofria nas mãos do marido, Rosana resolveu quebrar o silêncio. E fez isso porque havia uma lei que a respaldava. “Não só eu, mas todo mundo no bairro”, disse. Os homens ficaram com medo e as mulheres começaram a denunciar”.

Desde a implantação da lei, já se observou um aumento no número de denúncias. Para a delegada Rena Gomes Moura, titular da Delegacia das Mulheres, o crescimento das ocorrências registradas não significa que a violência aumentou. “Isso mostra que as mulheres estão dando credibilidade à lei, pois os agressores estão sendo realmente presos”.

Houve ainda diminuição de 80% no índice de reincidência. “A prisão está surtindo

efeito. Hoje temos muito mais ferramentas para punir o agressor, que pára a violência quando percebe que vai ser punido”, diz Maria da Penha Maia Fernandes, inspiradora da lei. Segundo ela, a principal mudança foi o aumento na procura das mulheres por justiça. “Pelo conhecimento da lei, muitas passaram a denunciar. E alguns agressores que viram seu vizinho preso, deixaram de agredir”. No entanto, ela acredita que ainda há muito que avançar. “É preciso fortalecer a rede. Criar mais locais de atendimento e de abrigo para essas mulheres. Também divulgar e incentivar a denúncia, pois muitas mulheres ainda ficam caladas”.

Em entrevista para o jornal *A Gazeta, de Cuiabá*, Maria da Penha disse ainda ter dois sonhos. O primeiro é ver implantando, em todos os currículos escolares, a disciplina Direitos Humanos. O segundo é que ocorra a responsabilização de quem protelou, por 19 anos e em três vezes, a punição de seu agressor. (Povo e *A Gazeta*)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## SINDICALISMO

## Passos decisivos

*A caminho da fundação, central classista e democrática recebe adesão formal de duas correntes e firma seus princípios*

ANDRÉ CINTRA

Falta pouco para o nascimento da central classista e democrática. Data e local para seu congresso de fundação já estão definidos — de 12 a 14 de dezembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte (MG). Centenas de sindicalistas devem se reunir na capital mineira para formalizar os princípios, os estatutos e a diretoria da nova entidade. A comissão do movimento pró-central se dedica aos últimos passos rumo a esse encontro histórico.

Duas forças que acabaram de deixar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) estão à frente do movimento: a CSC (Corrente Sindical Classista) e a SSB (Corrente do Sindicalismo Socialista Brasileiro). Mas, desde que sua criação foi proposta, a central não pára de receber adesões. Em estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há apoios das federações dos trabalhadores tanto na agricultura (Fetags) quanto na indústria. Isso sem contar os marítimos do Rio de Janeiro e as Fetags de Minas Gerais e da Bahia.

Tal pluralidade de categorias e entidades está representada numa carta de adesão à central classista e democrática. O documento — que já tem a assinatura de mais de 200 lideranças sindicais — será divulgado dia 15 de outubro, em ato público marcado para o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. O evento tem importância estratégica para a central, pois deve convocar o congresso de fundação, explicar o processo para eleição de delegados e até informar o nome da nova entidade (a tendência é que se chame Central dos Trabalhadores Brasileiros).

“Não houve grande contratempus até aqui. Tudo transcorreu de modo equilibrado, no tempo certo, conforme se planejou”, diz João Batista Lemos, coordenador nacional da CSC. Em sua opinião, a central classista e democrática nascerá com credibilidade e poder de interlocução no sindicalismo. “CUT, Força Sindical e UGT (União Geral dos Trabalhadores) já nos convidam para reuniões que definem a agenda de lutas e o processo de legalização das centrais.” Batista Lemos também ressalta as relações com a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), ligada ao MR-8. “Temos um ótimo diálogo com as lideranças da CGTB. E temos até a expectativa de que unamos forças numa central só.”

## Deliberações simultâneas

Nestes meses que antecedem a fundação da central, poucos dias podem ser considerados tão emblemáticos quanto 30 de se-



Wagner Gomes: fizemos o possível pela unidade

tembro. Foi nessa data, um domingo, que CSC e SSB oficializaram a saída da CUT e a adesão à nova entidade. As duas correntes ouviram suas bases e promoveram encontros nacionais para formalizar cada deliberação. Um dos encaminhamentos já está em prática: pôr a disposição os cargos que sindicalistas classistas e socialistas ocupam na CUT.

A SSB é ligada ao Partido Socialista Brasileiro (o PSB). No dia 30, realizou em Brasília um Congresso Sindical Nacional Extraordinário em que o “rompimento com o campo de atuação cutista” não foi a única resolução de peso. Para esse período de transição, o congresso definiu novas bandeiras de lutas, como a “paridade na composição das coordenações estaduais pela implantação da central”. Outra reivindicação da SSB para a nova entidade é a “co-existência das correntes sindicais e dos independentes”. Os socialistas também marcaram posição “contrária à proposta

de sindicatos orgânicos, federações e confederações à central”.

Em entrevista ao portal *Vermeilho*, Sérgio Magalhães Giannetto, presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro e membro da SSB destacou mais tarefas para a central classista e democrática. “As forças políticas que constroem a nova central têm a missão principal em rever métodos. E que seja representativa de fato para reunificar os dissidentes do movimento sindical que não aceitam a submissão política e econômica do povo brasileiro — inclusive abrindo a discussão democrática para todas as forças progressistas que estão no movimento sindical.”

Já os sindicalistas classistas se reuniram em Salvador, de 28 a 30 de setembro, para o 7º Encontro Nacional da CSC. Os debates reuniram 443 delegados e 149 observadores, que representavam 232 entidades de 21 estados brasileiros. O que mais sobressaiu, sem sombra de dúvida, foi o claro con-

senso em torno dos rumos da corrente. No segundo dia do encontro, os delegados aprovaram, por unanimidade, os 27 pontos do documento “Rumo a uma central classista e democrática”. O texto destaca que o cenário atual favorece a construção de uma central, para avançar no fortalecimento do sindicalismo de classe e na perspectiva do socialismo.

Também a resolução final do encontro da CSC recebeu aprovação unânime — e muitos aplausos. Seus seis pontos abrangem desde o processo de transição classista da CUT para a nova central até atividades gerais. “A CSC deve estar na linha de frente da mobilização nacional pelo êxito da Marcha de Brasília, convocada pelas centrais para 5 de dezembro, tendo como principal bandeira a redução da jornada de trabalho sem redução de salários”, expressa um dos pontos da resolução. Assim como os classistas, a SSB decidiu se engajar na marcha — um grande evento às vésperas da criação da central classista e democrática.

## A CUT e o futuro

CSC e SSB concordam que a unidade do movimento sindical supera os limites da CUT. “Enquanto permanecemos lá, fizemos o possível e o impossível para lutar pela unidade. Mas a CUT não aproveitou as mudanças, as possibilidades da conjuntura, e se esgotou nesse sentido”, afirma o líder classista Wagner Gomes, presidente recém-eleito do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Ele reconhece, de qualquer maneira, que a central a ser criada terá a CUT como aliada em diversas causas. “Não queremos fragmentar o movimento. Queremos fortalecer a CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais). Queremos uma frente de centrais com pautas e mobilizações comuns. É assim que podemos ajudar o sindicalismo e a própria CUT.”

Em depoimento ao portal do PSB, o professor Joilson Cardoso, secretário sindical da legenda socialista, diz que “a CUT não representa mais aquela proposta inicial de defesa da unidade dos trabalhadores”. Esse fato, segundo ele, justifica a criação de uma central classista e democrática — mas não um rompimento unilateral. “Muito pelo contrário, a nova central estará ao lado da CUT na luta pela classe trabalhadora.” A central democrática e classista é a principal novidade do sindicalismo brasileiro nos últimos anos. Sua concretização é um passo decisivo na luta em defesa dos trabalhadores e da unidade do movimento sindical.

## A delegada mais jovem

Com 23 anos de idade, Sybelle Natalie Braga Chagas foi a mais nova delegada do 7º Encontro Nacional da CSC. Nascida em 30 de janeiro de 1984 na cidade maranhense de Imperatriz, ela se mudou para o Recife aos 17 anos, para estudar Direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi durante a graduação que entrou no movimento estudantil. “Comecei com funções no diretório acadêmico. Mas fui além dos muros da faculdade e passei a participar de fóruns na Federação Nacional de Estudantes de Direito (FNED)”, lembra a militante.

Logo estava filiada à UJS (União da Juventude Socialista) e ao PCdoB, além de participar de entidades e instâncias estudantis. O ingresso à luta sindical ocorreu dois anos depois de Sybelle se tornar funcionária do Banco do Brasil — um intervalo de tempo que a leva à autocrítica. “Eu devia ter me sindicalizado assim que comecei a trabalhar no banco. Os sindicatos já têm dificuldades para representar suas bases — quanto

mais a base jovem, por conta da linguagem, da abordagem, da concepção e mesmo dos interesses. Não adianta militar só na juventude e esquecer sua categoria.”

Esse espírito de classe explica sua participação no coletivo de jovens da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e na Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Fetec). Recém-formada em Direito e atual diretora executiva do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Sybelle acredita que a central classista e democrática deve agregar de fato às suas fileiras a juventude e os desempregados.

“Na América Latina, o percentual de jovens sem emprego é o triplo da média da população. No Brasil, é o dobro”, alerta. “O índice de precarização e subemprego também é gigantesco. Não dá para fugir a essa questão.” A CUT, a seu ver, restringia a participação juvenil a coletivos e uma secretaria específica — e mesmo assim sem dar autonomia financeira nem política. Em sua



Não adianta militar só na juventude, diz Sybelle

opinião, um bom exemplo a ser seguido é o do PCdoB, que “trata os jovens de forma avançada, como agentes da transformação. Por isso é que existe tanta identificação entre a juventude e o partido”.

O aborto é outro tema que Sybelle analisa com maturidade. Trata-se, segundo ela, de “uma questão de saúde pública”, e o Estado tem de “cuidar do bem-estar social e valorizar o direito de escolha da mulher”. O

comentário é de uma pessoa que foi criada dentro da Igreja Católica. Hoje, diz que não tem religião, mas respeita todos os credos. Só não vacila ao distinguir valores da fé e valores sociais. “Cada religião deve tratar seus dogmas com os fiéis. O poder público não pode comprar a briga das religiões.” O documento classista defende princípios claros como os de Sybelle Natalie Braga Chagas.

TAIWAN

# Motivos pessoais

*O presidente Chen, de Taiwan, quer a volta da ilha para a ONU; por trás de seu pedido tem quatro motivos, entre eles um pessoal: escapar de processos por corrupção*

JÚLIO RIOS\*

Pouco importa que as cartas enviadas à ONU sejam devolvidas, ou que o próprio secretário geral assegure e reitere o que todo o mundo sabe: justo ou não, é legalmente impossível que Taiwan ingresse na ONU. Apesar disso, Chen Shui-bian segue adiante com sua estratégia que responde, no essencial, a quatro motivações.

Em primeiro lugar, a eleitoral, já que a mobilização em torno dessa exigência e a celebração de uma consulta popular lhe permitem manter a iniciativa, fazer com que grande parte do debate político na ilha gire ao redor da sua proposta e mantenha em pleno estado de mobilização a sua militância e eleitoral num esforço voltado para as eleições legislativas marcadas para janeiro de 2008 e as presidenciais para março.

Em segundo lugar, a política, já que a sua reivindicação entra em cheio na questão chave para o futuro da ilha. Perguntar aos seus 23 milhões de habitantes se desejam que Taiwan participe da ONU equivale a fazer unha sondagem sobre a sua posição sobre a independência da província em relação à China. Esta é uma nuance que marca as diferenças entre Chen Shui-bian, líder do PDP, e Ma Ying-jeou, dirigente do Kuomintang (KMT) e candidato opositorista à presidência da república, que também anseia levar a cabo a consulta à ONU.

Em terceiro lugar, a partidária, já que um êxito da estratégia em curso será fiador do espaço político do PDP, em condições nada fá-

ceis, marcadas pela onda de denúncias de corrupção, que chegam perto do presidente Chen e balançaram perigosamente sua influência.

Finalmente, há a motivação pessoal, já que uma vitória do PDP e de suas teses pode facilitar a vida de Chen quando deixar a presidência e tiver que enfrentar vários processos judiciais que, agora, não podem ser movidos pois a imunidade do cargo dá a ele um biombo contra denúncias de irregularidades graves e confirmadas.

A tensão foi a estratégia Chen durante seus dois mandatos consecutivos. A exacerbação das diferenças dividiu a ilha em dois segmentos políticos claramente diferenciados: os azuis e os verdes. Muitos processos eleitorais tendem a serem resolvidos por diferença mínima (como ocorreu nas eleições presidenciais de 2004 e mais recentemente nas municipais de Kaohsiung, a segunda cidade da ilha).

Mas também se multiplicam os enfrentamentos com a República Popular da China, que em setembro qualificou a Chen como "conspirador", alertando contra as "graves conseqüências" da hipotética realização do referendo sobre o pedido de participação da ONU.

Na Austrália, num encontro ocorrido



Ban Ki-moon diz que a volta de Taiwan é ilegal

durante a cúpula informal da APEC, o presidente chinês Hu Jintao disse ao presidente George Bush, dos EUA, que Taiwan está entrando num período "altamente sensível e potencialmente perigoso". Hu qualificou a iniciativa de Chen como um "ato de secessão". Em contrapartida, Bush comprometeu-se a exercer seus bons ofícios e intervir junto às autoridades taiwanesas para que o

referendo — que parece ser difícil de evitar — não adquira uma importância desmesurada, capaz de provocar uma crise grave no estreito de Taiwan. O compromisso de Bush foi, paradoxalmente, interpretado como uma velada mensagem às autoridades continentais para que não tomem tão a sério e a peito a polémica iniciativa de Chen. Confirmando esta interpretação, logo após o governo de Washington anunciou novas vendas de armas para Taiwan.

Para Beijing esta não é uma questão qualquer. A denúncia feita dia 4 de setembro pelo Pentágono (o ministério da Defesa dos EUA) sobre supostos ataques informáticos por parte de China, sem mencioná-la expressamente, poderia indicar que Beijing estaria se preparando para uma guerra eletrônica global que seria de grande importância no cenário do Estreito de Taiwan. Seu primeiro objetivo seria

tornar inoperantes os sistemas computacionais da frota americana do Pacífico em caso de conflito militar com Taiwan mas, logo depois o Pentágono desmentiu oficialmente as denúncias.

\* Diretor do Instituto Galego de Análise e Documentação Internacional (Igadi) e do Observatório de Política Chinesa (Casa Asia-Igadi)

## ONU rejeita pedido de reintegração de Taiwan

*Ao apresentar mais um pedido para voltar à ONU, o governo de Taiwan aumenta a tensão na região*

Em 15 de setembro, milhares de cidadãos de Taiwan saíram às ruas pedindo a reintegração da ilha na ONU. A manifestação foi convocada pelo Partido Democrata Progressista (PDP), insuflada pelo presidente da República, Chen Shui-bian (ver análise nesta página). Vários manifestantes vestiam camisetas com a frase "UN for Taiwan" (ONU para Taiwan).

Não é a primeira vez que Taiwan tenta

voltar para a ONU; a ilha chinesa apresenta pedidos reiterados desde 1992; desta vez, contudo, seus líderes tentaram uma mobilização de massas para fundamentar melhor sua ambição e fortalecer a tese de realização de um plebiscito sobre o assunto.

Taiwan - ou República da China, que é o nome oficial da ilha - fez parte da fundação da ONU, no final da Segunda Guerra Mundial. Naquela época, a sede do governo nacio-

nalista de direita ficava no continente, e tinha o território chinês oficialmente sob sua administração. Entretanto, depois da vitória comunista de 1949, o governo do Partido Kuomintang (KMT) fugiu do continente e refugiou-se na ilha. Desde então, o governo de Beijing considera a ilha como uma "província rebelde", parte do território nacional. Quando a República Popular da China foi admitida na ONU, em 1971, foi aprovada a

resolução 2.758, declarando o governo de Beijing como único e legítimo representante da nação chinesa na organização internacional, vetando assim a presença de Taiwan, que foi expulsa.

Este é o centro da questão: um eventual retorno da ilha para a ONU significaria um forte aval internacional para os partidários da independência da ilha, questão inegociável e inaceitável para Beijing.

O pedido de reintegração reapresentado este ano foi o 15º feito pelo governo de Taiwan. Este pedido e mais as manifestações populares convocadas pelo DPP em apoio a ele foram mais um elemento para a tensão na região. A força aérea chinesa fez manobras nas vizinhanças da ilha e o governo de Beijing manifestou sua contrariedade de forma veemente. Em declaração divulgada pela agência Xinghua, a porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Jiang Yu, disse que "nenhum ato contrário à resolução 2.758 receberá o apoio da maioria dos Estados-membros da ONU". E acrescentou que "qualquer tentativa de desafiar a política de uma só China e dividir o país está condenada ao fracasso".

A tensão foi relativamente desanuviada no dia 20, após a rejeição pela ONU das pretensões dos políticos da ilha. Jiang Yu voltou a se manifestar, dizendo que a China considerou a nova rejeição como prova de que "nada pode mudar" o fato de que a ilha é parte "inalienável" do território chinês (José Carlos Ruy).

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00  
12 edições

JORNAL

# A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

## FORMAS DE PAGAMENTO

 Cheque nominal

 Dinheiro

 Vale postal nº. \_\_\_\_\_

 Depósito em conta corrente

Banco do Brasil  
Ag. 2809-6 C/C 7825-5

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ com.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Data de nasc.: \_\_\_\_\_

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010  
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## AMÉRICA DO SUL

# Um Banco do Sul para apoiar a integração

*Os ministros da Fazenda e da Economia de sete países do continente confirmam a criação de um BNDES sul-americano*

RONALDO CARMONA (\*)

O próximo dia 3 de novembro deverá ser um dia histórico para a efetivação do modelo de integração que as forças mais avançadas da América do Sul impulsionam no último período: os presidentes das nações participantes assinarão, em Caracas a ata constitutiva do Banco do Sul. A decisão foi tomada no Rio de Janeiro, no dia 8 de outubro — coincidentemente o mesmo dia em que todo o mundo homenageou Ernesto Che Guevara, revolucionário que há 40 anos caiu morto na luta pela independência da América Latina. O Banco do Sul poderá ser um instrumento valioso na nova luta pela independência sul-americana.

Na reunião do Rio, os ministros da Fazenda e da Economia de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela avançaram num acordo sobre as características principais do Banco do Sul. Da região, apenas Chile, Peru e Colômbia, os três países que possuem tratado de “livre comércio” com os EUA, não participam.

Essencialmente, o acordo prevê que a instituição seja um Banco de Desenvolvimento dos países da Unasul (União Sul-americana de Nações), ou uma espécie de BNDES sul-americano, ainda que com menor poder de fogo.

A decisão de efetivar o Banco do Sul como Banco de desenvolvimento, com sede em Caracas e participação dos países da Unasul, foi resultado de um acerto político entre os presidentes Lula e Chávez, quando se encontraram em Manaus, em 20 de setembro. Nela, os presidentes acertaram o compasso e lançaram a agenda bilateral, destravando importantes temas, como o do Banco e o do Gasoduto do Sul.

Para além de qualquer diferença de estilo, de ritmo ou de visão estratégica entre os governos de Lula e de Chavez, há uma campanha em curso que busca envenenar as relações entre os governos do Brasil e da Venezuela. Esta campanha é difundida ativamente pelos grandes meios de comunicação privados e oligopolistas da América Latina. Nela são ponta de lança os grupos brasileiros Globo, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Veja, porta-vozes da oposição à integração sul-americana e propagandistas ideológicos de primeira hora da retomada da ALCA.

Num fato escandaloso, no dia seguinte à reunião Lula-Chavez, de forma unânime, os órgãos de imprensa citados resolveram, numa falsificação grosseira, atribuir a Chavez declarações que ele não deu — e que foi verificado depois com a transcrição das gravações. O objetivo explícito: criar uma nova polêmica envolvendo representantes da direita brasileira no Senado para impedir a aprovação do protocolo de ingresso da Venezuela no Mercosul.

## O caráter do Banco do Sul

Na declaração do Rio, foram delimitadas seis funções com as quais o Banco do Sul deve contribuir: elevar a disponibilidade de liquidez; revitalizar os investimentos; corrigir as assimetrias; desenvolver a infra-estrutura de integração; promover o emprego; e ativar um ciclo virtuoso de crescimento econômico na região.



Mantega e Rodrigo Cabeza, da Venezuela

Com seu surgimento, sana-se uma das insuficiências principais da integração sul-americana atual: a falta de um instrumento para financiar as grandes iniciativas acertadas entre as nações do continente.

O Banco poderá surgir com um capital na casa de 7 bilhões de dólares. Sua prioridade inicial deverá ser o financiamento da integração energética — eixo pelo qual passa, positivamente o modelo de integração em curso, grande bem estratégico geopolítico e econômico no mundo de hoje.

A idéia é correta: a América do Sul é amplamente superavitária em energia. O desafio é precisamente integrar o conjunto das matrizes — petróleo da Venezuela e do Equador, gás da Venezuela, da Bolívia e do Peru, energia hidrelétrica e biocombustíveis do Brasil — bases para a promoção do ciclo virtuoso de crescimento na região. Assim, espera-se que o Banco do Sul seja instrumento decisivo na construção do Gasoduto do Sul, que na primeira fase sairá da Venezuela e levará gás ao Nordeste brasileiro. Adiante, com novos aportes de capital, o Banco também poderá ser decisivo para o financiamento da integração física da América do Sul, apoiando a construção de estradas, ferrovias, hidrovias e outros.

## Experiência internacional

Os bancos de apoio ao desenvolvimento são importantes instrumentos para as economias nacionais e regionais. Um estudo divulgado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) em 2004 revelou que eles existem em vários países ricos, envolvem bilhões de dólares e obtêm recursos no mercado de capital com garantia do governo.

Nos EUA, a Small Business Administration foi criada em 1954, com recursos orçamentários. Em 2003, desembolsou US\$ 20,2 bilhões em empréstimos, usados no financiamento de capital de giro para exportação e no estímulo a inovação tecnológicas.

Na Alemanha, o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) foi, depois da reunificação, o principal financiador da industrialização da antiga Alemanha Oriental; em- pregou, US\$ 82,6 bilhões só em 2003. Na França, o Banco de Desenvolvimento para Pequenas e Médias Empresas (BDPME) existe desde 1997 e, em 2003, fez empréstimos de US\$ 5,1 bilhões. No Japão, o Banco de Desenvolvimento do Japão (DBJ) apóia o desenvolvimento regional, a proteção ambiental, as indústrias consideradas “chaves” e novas tecnologias. Usou, em 2003, US\$ 10,8 bilhões. Na Coreia do Sul, o Korean Development Bank (KDB) foi criado em 1954 e é um importante financiador de tecnologia de informação, infra-estrutura e pequenas empresas. Tem recursos do governo e administra fundos oficiais. Em 2003, suas operações de financiamento chegaram a US\$ 13,7 bilhões (JCR).

## Reação neoliberal

Havia uma incompreensível indefinição na participação do governo brasileiro no Banco do Sul, talvez manifestação de fantasmas neoliberais que insistem em assombrar a equipe econômica, mas que vem sendo sistematicamente derrotados neste segundo mandato de Lula, do qual o PAC é o maior exemplo.

Mesmo assim, a campanha segue na grande imprensa. Editorial do Estado de S. Paulo, logo após o anúncio feito pelos ministros, denominado “A aventura do Banco do Sul”, diz que “se algum país extrair al-

gum benefício econômico da iniciativa, não será o Brasil”. Uma completa covardia do editorialista, provocada pela falta de coragem em explicitar a defesa ideológica de que o Brasil deve abdicar de qualquer projeto de nação e subordinar-se à órbita de influência do império do Norte.

O Banco do Sul beneficia o Brasil, o principal interessado numa união sul-americana que resulte num pólo de países prósperos e soberanos, que joguem a favor de um mundo de paz e multipolar.

(\*) da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

## CONGRESSO MUNDIAL DA PAZ

# Cebrapaz quer ter mais de cem delegados

*O encontro vai ocorrer em abril de 2008, em Caracas, escolhida justamente por simbolizar a resistência antiimperialista no continente*

RUBENS DINIZ (\*)

O Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) deflagrou o processo preparatório para o Congresso Mundial pela Paz, marcado para abril de 2008, em Caracas. O congresso é organizado pelo Conselho Mundial da Paz, organização fundada em 1949, que conta com 104 países membros, entre os quais o Brasil, que participa através do Cebrapaz.

A atualidade da luta pela paz se impõe pois o imperialismo norte-americano tem, no centro de sua estratégia de hegemonia mundial, a guerra como forma de controlar as riquezas e os recursos estratégicos de povos e nações por todo o mundo. Esta estratégia, em última consequência, põe em risco a própria existência da humanidade.

Para o Cebrapaz, a luta contra a ação bélica do imperialismo deve ser organizada a partir das características e peculiaridades de cada país e região do mundo. Assim, ela deve estar vinculada às lutas que são trava-

das em nosso continente, em nosso país. Por isso, em nosso entendimento, é uma luta também pela integração latino-americana, que possui um forte caráter antiimperialista e contra-hegemônico. Ela inclui também a luta pela eliminação das bases militares estadunidenses instaladas no nosso continente, e que cercam toda a Amazônia. A luta pela paz é a luta contra as guerras preventivas capitaneadas pelo imperialismo norte-americano.

A luta pela paz é uma bandeira antiimperialista, por ser a luta por um mundo mais justo com desenvolvimento econômico e social, e respeito à soberania das nações.

Neste sentido, o Cebrapaz está organizando a delegação brasileira ao Congresso Mundial pela Paz. O local de sua realização não foi escolhido aleatoriamente: a Venezuela tem sido nos últimos tempos alvo de graves agressões por parte do imperialismo, as quais seu povo tem respondido bravamente, reafirmando seu desejo de construir seu destino de forma autônoma e soberana. Hoje a

Venezuela é um importante palco da luta pela paz e contra o imperialismo, e isto levou o CMP a escolhê-la para ser sede de seu congresso.

A meta do Cebrapaz é organizar uma representação que envolva os mais diversos setores políticos e sociais do Brasil, e que tenha mais de 100 participantes brasileiros.

Para isso, se inicia a partir deste mês uma série de encontros estaduais preparatórios, para lançar ao debate os temas estão na agenda do encontro, construir a contribuição brasileira ao congresso a partir do debate, conformar a delegação que irá representar o país neste encontro e ajudar na consolidação de uma ampla frente internacional antiimperialista e pela paz.

O Cebrapaz, através de sua página (www.cebrapaz.org.br), estará no próximo período informando sobre o calendário de atividades e encontros estaduais preparatórios.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

\* Diretor do Cebrapaz.

## HISTÓRIA

# Revolução Russa, 90 anos

AUGUSTO C. BUONICORE

Em novembro os trabalhadores conscientes de todo mundo comemoram os 90 anos da Revolução Socialista na Rússia. Ela foi um dos marcos mais importantes do conturbado século 20, pois traçou um risco vermelho que percorreu cerca de oito décadas da história mundial contemporânea, alimentou em milhões de pessoas, a esperança de um futuro melhor, sem opressão e miséria, e deu início a uma etapa nova na história humana. Sua derrota histórica, no final da década de 1980, abriu um período sombrio para toda humanidade.

Em fevereiro de 1917 os trabalhadores da Rússia derrubaram o governo czarista. Em seu lugar estabeleceu-se um governo provisório composto por liberal-burgueses e socialistas reformistas: mencheviques e social-revolucionários de direita. Mas, durante o processo revolucionário, também surgiu o embrião de um poder verdadeiramente operário e popular representado pelos soviets.

O governo provisório burguês não atendeu às principais reivindicações das massas insurgentes: decretação da paz, reforma agrária, convocação de uma assembleia constituinte. E os soviets, dominados pelos reformistas, não se propunham a romper com esta situação e tomar o poder.

A própria direção bolchevique se mostrou confusa diante da nova situação e esboçou apoio ao governo. Lênin, no exílio, discordou desta posição e escreveu várias cartas expondo sua opinião sobre qual devia ser uma tática naquela situação. Em abril, ele chegou à Rússia e apresentou, pela primeira vez, a sua palavra de ordem: "Todo o Poder aos Sovietes!".

Lênin advogou que não devia ser dado nenhum apoio ao governo provisório, embora se posicionasse contra aqueles que propunham a sua imediata derrubada, pois era um governo que ainda tinha o apoio da população. Escreveu: "Não somos blanquistas, não somos partidários da tomada do poder por uma minoria. Somos marxistas, partidários da luta proletária de classe contra a embriaguez pequeno-burguesa".

Mesmo com essa ressalva, a maioria da direção do Partido Bolchevique rejeitou suas teses, acusando Lênin de esquerdismo. Alguns dos veteranos bolcheviques estavam ainda presos a velhos esquemas da II Internacional, que viam o processo revolucionário como uma sucessão de etapas estanques. Não foi à toa que, quando os bolcheviques tomaram o poder e começaram a construir o socialismo, Plekhanov afirmou horrorizado: "Mas esta é uma violação de todas as leis da história". De fato, a única coisa violada pela ação dos bolcheviques foi a visão metafísica da história que procurava se erguer em lei.

## Poder operário

Lênin defendeu a idéia de que a revolução democrático-burguesa já estava concluída. Tratava-se agora de travar a luta pelo poder operário e popular, construindo as condições para avançar rumo ao socialismo. Ele, também, não tinha a ilusão que seria possível construir imediatamente o socialismo. Seria preciso passar por etapas intermediárias.

Lênin precisou de pouco tempo para convencer a maioria de seus camaradas. O agravamento da crise social e política, acarre-

tada pelo prosseguimento da guerra e pelas derrotas militares russas, ajudaram neste processo. Ainda em abril 100 mil manifestantes saíram às ruas contra a declaração guerreira do ministério de Negócios Estrangeiros do governo provisório, e entraram em choque com tropas do governo. Alguns chegaram a defender a insurreição armada imediata. Posição firmemente contestada por Lênin.

As manifestações, no entanto, acarretaram a demissão do ministro. Lênin então criticou a vacilação da direção dos Sovietes que poderia ter se aproveitado da crise para exigir que todo o poder fosse transferido para ela.

## I Congresso dos soviets

No início de junho as propostas de Lênin foram fragorosamente derrotadas no I Congresso dos Sovietes. Mas a direção dos soviets não representava a correção de forças no movimento revolucionário real que se desenvolvia rapidamente.

No dia 18 de junho mais de 500 mil pessoas, convocadas pela direção dos Sovietes de Petrogrado, participaram de uma manifestação pacífica e grande parte delas aderiu às palavras de ordem bolcheviques: "Abaixo os dez ministros capitalistas!" e "Todo poder aos Sovietes!".

No início de julho ocorreram grandes manifestações de caráter revolucionário que reuniram mais de 500 mil pessoas. Elas foram duramente reprimidas, e morreram centenas de pessoas. Os jornais bolcheviques foram fechados e o Partido passou para a clandestinidade. Lênin foi perseguido e obrigado a se refugiar na Finlândia. O governo provisório, dirigido por Kerensky, transformava-se gradualmente numa ditadura de tipo militar. A palavra de ordem "todo poder aos soviets" foi abandonada devido a subserviência deste órgão ao governo.

Depois de derrotar os bolcheviques, a burguesia partiu para a ofensiva e o general Kornilov, comandante-em-chefe do exército russo, exigiu a dissolução dos Sovietes. Diante da recusa do governo, avançou com suas tropas sobre Petrogrado. Mas foi fragorosamente derrotado pela resistência dos solda-

ria. Então Lênin resolveu abandonar o exílio e voltar para Petrogrado. Apenas em outubro suas posições foram vitoriosas. No dia 25 de outubro (sete de novembro pelo calendário ocidental), coincidindo com a abertura do II Congresso dos Sovietes, os bolcheviques tomaram o poder em nome do proletariado revolucionário. "Vamos proceder agora a construção da ordem socialista". Estas foram as primeiras palavras que Lênin pronunciou na plenária daquele histórico congresso. Mais tarde ele diria que tomar o poder tinha sido mais fácil do que dar os primeiros passos na construção da nova sociedade socialista.

## Faanhas socialistas

O socialismo soviético realizou algumas faanhas em suas primeiras décadas: a rápida industrialização, a instauração de um regime de pleno emprego, a melhoria da vida material, elevação do nível cultural, a educação massiva e o desenvolvimento científico e tecnológico. Destacam-se os avanços obtidos pelas mulheres quanto aos seus direitos políticos e sociais. A Rússia passou do arado de madeira, usado pelos muíques, para a energia nuclear, tornando-se ponta de lança na tecnologia aeroespacial.

Tudo isso foi feito apesar da guerra civil — e a ocupação de grande parte do país por tropas de 14 potências estrangeiras — entre 1918 a 1921, o cerco permanente do imperialismo, a guerra contra a ocupação nazista.

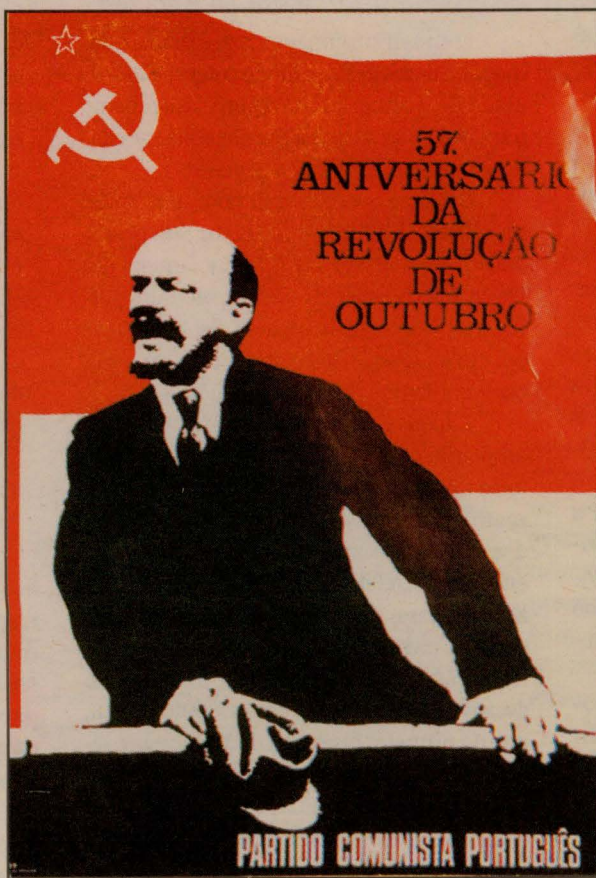
A URSS foi a grande responsável pela derrota do nazi-fascismo em 1945 e também colaborou decisivamente para o sucesso das revoluções democráticas e nacionais que puseram fim ao colonialismo na Ásia e na África. Na década de 1970 mais de 1/3 da humanidade vivia sob regimes que se reivindicavam socialistas e o colonialismo estava morto.

A União Soviética e o campo socialista, enquanto existiram, cumpriram, no geral, um papel positivo no processo de emancipação econômica, social e

política dos trabalhadores do mundo. Contudo, essa experiência foi derrotada e isso se configurou uma derrota de caráter estratégico para as forças socialistas.

Por que esta experiência foi derrotada? Vários motivos contribuíram para isto. O descuido com o processo de ampliação da democracia socialista e problemas econômicos ligados a isto: planejamento pouco democrático, atraso tecnológico no campo da produção etc. Outro fator foi a pressão do imperialismo sobre a URSS — um exemplo foi a guerra fria, que levou a uma corrida armamentista que sangrou os recursos da sociedade soviética.

Depois da crise do socialismo na URSS, segundo Renato Rabelo, entramos numa nova fase na qual o maior desafio é "levantar do chão o projeto socialista. Reiniciar, do ponto de vista objetivo e subjetivo, uma nova etapa de acumulação estratégica de forças à retomada do processo revolucionário. A esse desafio é que se denomina 'nova luta pelo socialismo'".



Cartaz do PCP na comemoração de 1974

dos e operários revolucionários, dirigidos pelos bolcheviques. A revolução voltava aos trilhos, agora sob nova direção.

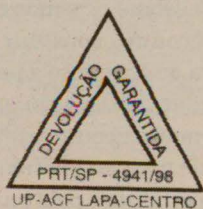
## Nova virada

Naqueles dias Lênin constatou uma nova virada no processo revolucionário e propôs uma alteração na tática, retomando a palavra de ordem "todo poder aos soviets!" A proposta bolchevique conseguiu, pela primeira vez, ser aprovada no Soviete de Petrogrado. O Soviete de Moscou também passou a ser dirigido pelos bolcheviques. Assim eles passaram a ser maioria nos dois Sovietes mais importantes da Rússia.

Os mencheviques e os social-revolucionários de direita, que estavam no governo provisório, não acataram a proposta. Criou-se, novamente, um impasse no processo revolucionário e impôs-se — para os bolcheviques — agora a preparação da insurreição armada.

Mas, a proposta de insurreição não conseguiu ser aprovada na direção partidária.

IMPRESSO



UP-ACF LAPA-CENTRO